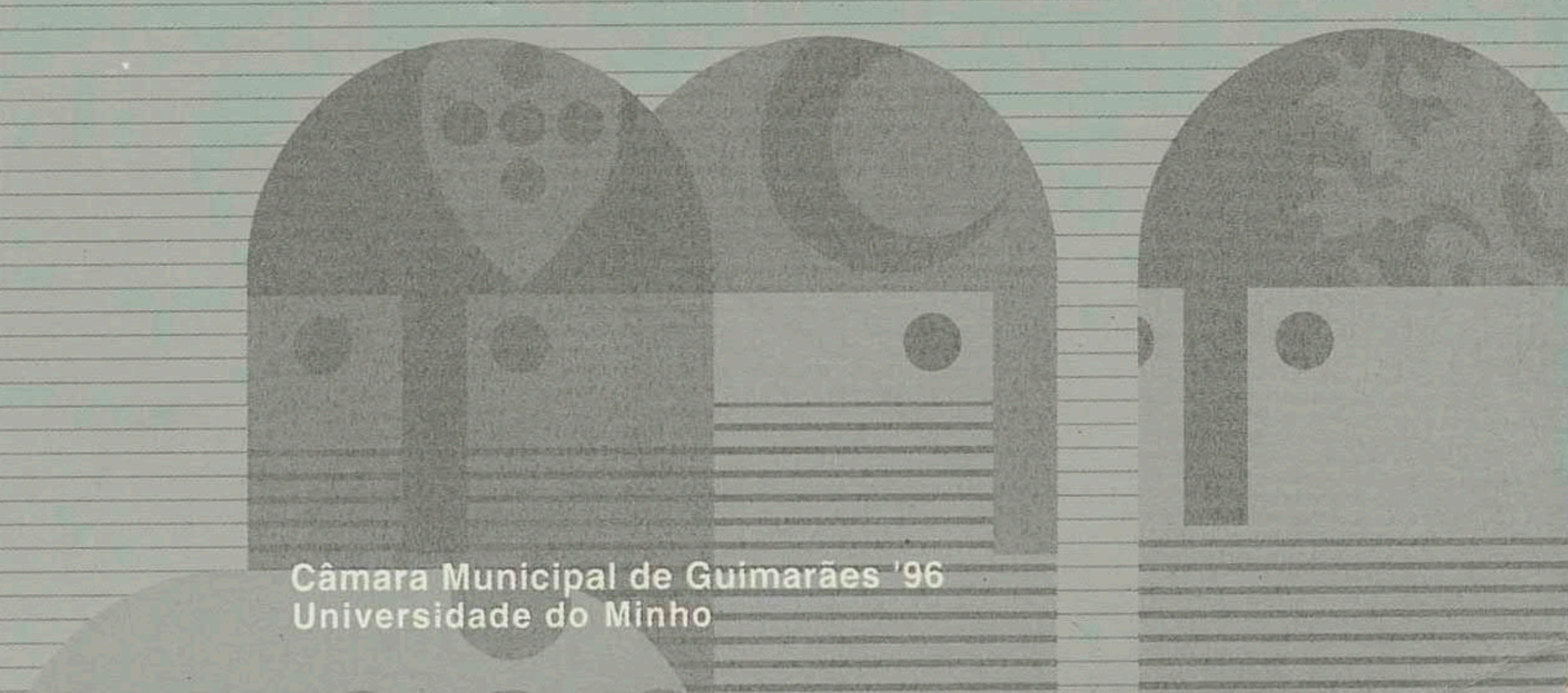




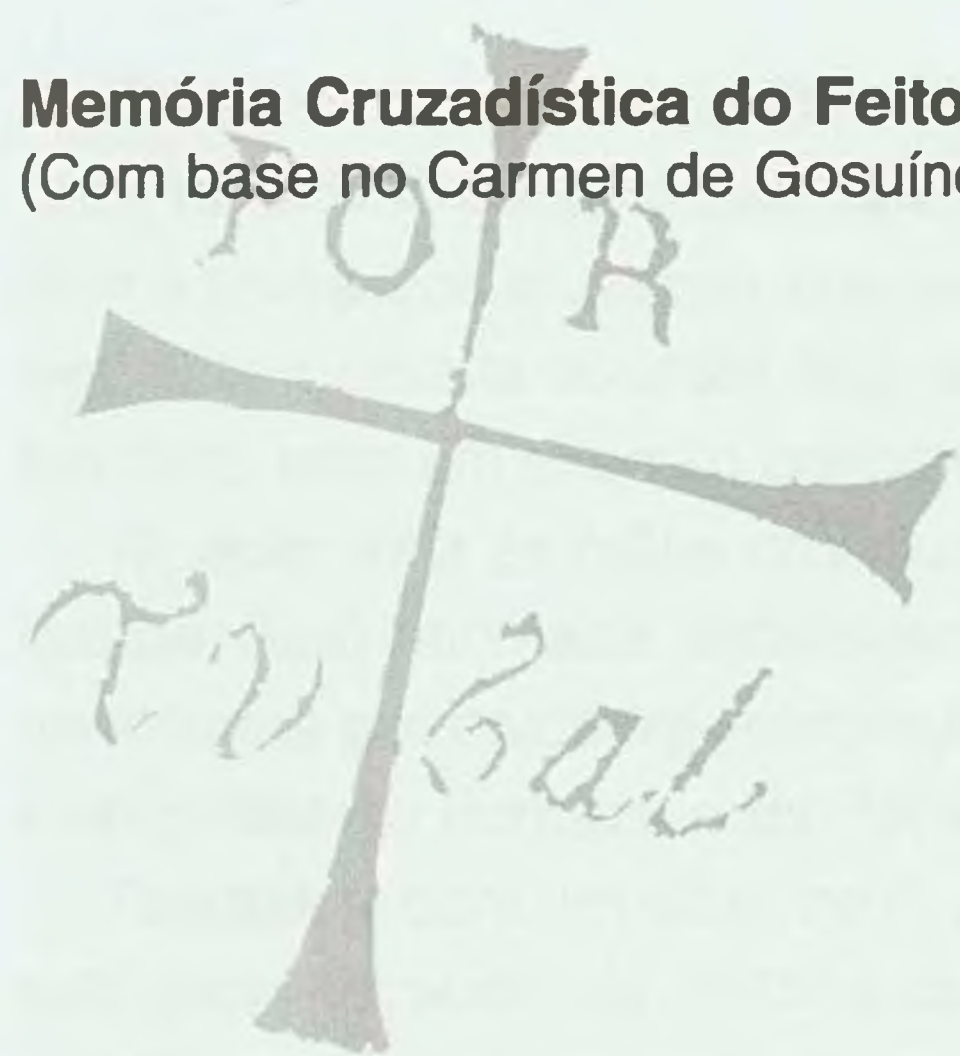
2º Congresso histórico de Guimarães **Actas do congresso**
volume 2

**A política
portuguesa e
as suas relações
exteriores**

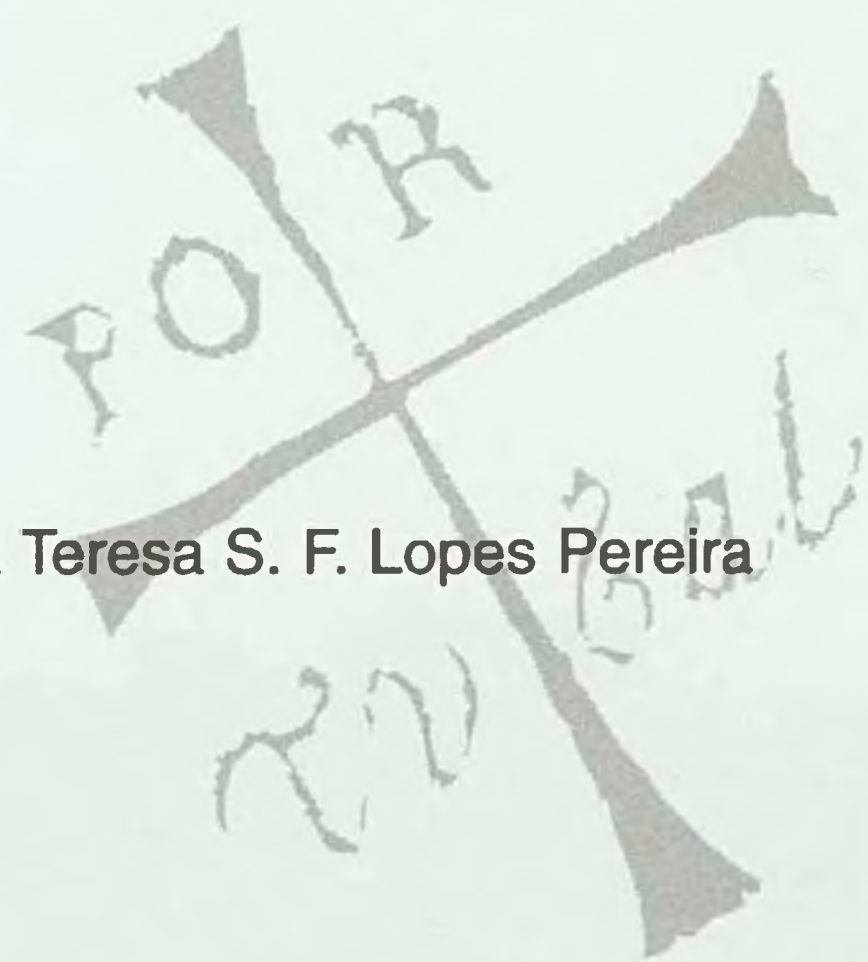


Câmara Municipal de Guimarães '96
Universidade do Minho

Memória Cruzadística do Feito da Tomada de Alcácer (1217)
(Com base no Carmen de Gosuino)



Maria Teresa S. F. Lopes Pereira



Memória Cruzadística do Feito da Tomada de Alcácer (1217) (Com base no Carmen de Gosuíno)

Introdução

Como vem narrado na *Chronica Gothorum*, Afonso Henriques, depois de duas tentativas fracassadas para conquistar Alcácer do Sal em que contou com a ajuda dos cruzados que se dirigiam à Terra Santa, tomou esta Vila, sentinela e defesa do além Tejo, em 24 de Junho de 1158, dia de S. João Baptista, com um exército composto só de portugueses.

Alcácer volta às mãos dos Muçulmanos em 1191, graças aos exércitos de Iacube. Será retomada definitivamente em 1217 pelas forças conjuntas compostas por cruzados europeus e membros destacados das ordens militares e religiosas de Portugal e da Península, comandadas pelo Bispo de Lisboa.

Pesquisar com um olhar novo para entender, em termos de mentalidade, este acontecimento da História de Portugal, eis o tema do presente trabalho¹.

Não sendo este estudo sobre uma fonte relativa a um acto praticado pelo nosso primeiro rei, tipologicamente aproxima-se de outros textos que directa ou indirectamente referem feitos do rei fundador, como a Crónica da conquista de Lisboa e a de Santarém, dentro do espírito da chamada reconquista.

Os documentos mais antigos que se conhecem acerca da tomada definitiva de Alcácer são escritos por estrangeiros que a protagonizam. Por isso mesmo a agigantam, cultivando a sua memória, para exaltar na cristandade ocidental um feito glorioso dos cristãos frente aos infiéis, numa Europa há muito imbuída dos ideais de cruzada.

De entre as várias fontes escolhemos o *Gosuini de expugnatione Salaciae carmen*, pela riqueza nas descrições, pelo conjunto de informações que oferece sobre as maneiras de pensar e de agir e por incluir determinados aspectos que, com toda a probabilidade, o autor viveu directamente, sobretudo os relacionados com a viagem dos cruzados, com a guerra, com os compromissos e com a divisão dos despojos². Sempre que nos parecer apropriado, estabeleceremos comparações com outros documentos.

A mais antiga cópia do Carmen de Gosuíno encontra-se num códice da historiografia alcobacence de finais do século XII, o mesmo em que está o relato da conquista de Santarém, os sete livros das Histórias de Orósio, para além de outras obras de índole religiosa³.

O Cântico de Gosuíno está escrito em latim medieval, apresentando erros em relação à gramática clássica. Este facto, segundo certas opiniões, evidenciaria algum desconhecimento das regras de poesia por parte do copista;⁴ ou sobretudo dever-se-ia às liberdades poéticas do autor.

Foi publicado pela 1ª. vez por Fr. António Brandão em 1632 na 4ª. parte da Monarquia Lusitana, posteriormente, com correcções, por Fr. Fortunato de S. Boaventura, nos *Commentariorum* e encontra-se nos *Portugaliae Monumenta Historica, Scriptorum*.



¹ Este estudo surgiu originalmente como tema de trabalho no Seminário de História das Mentalidades, no âmbito do Mestrado em História Medieval da Universidade Nova de Lisboa, orientado pelo Prof. Doutor Luís Krus a quem quero expressar a minha profunda gratidão por toda a ajuda e incentivo prestado. Agradecimento que gostaria de dirigir também ao Prof. Doutor José Mattoso, coordenador do mesmo Mestrado e ao Prof. Doutor Aires do Nascimento pelos esclarecimentos prestados e pela ajuda preciosa na tradução de alguns passos do Carmen de Gosuíno cujo sentido surgia como mais obscuro ou controverso.

² Para além do Poema de Gosuíno há outros documentos medievais que se referem à conquista de Alcácer de 1217:

- Oliveiro, «História Damiatina», in Eccard, *Corpus Historicum Medii Aevi*, 11, col. 1401;

- «Godefridi Monachi Annales», in Freiherr, *Rerum Germanicarum Scriptorum*, I, 284-285 de ed. Francoforte, 1600.

- «Chronicon Emonis», in M. G. H., *Scriptorum*, XXIII, 478-480.

- «Carta de Guilherme», conde holandês ao Papa Honório III, in *Monumenta Henricina*, vol. I, Coimbra 1960, p. 48.

- «Carta do Papa Honório III», dirigida aos bispos de Lisboa e Évora e a outros, (12 de Janeiro de 1218) *Monumenta Henricina*, vol. Coimbra, 1960, p. 52.

- «Carta do Papa Honório III», dirigida aos mesmos prelados, de 26 de Janeiro de 1218, *ob. cit.*, p. 54

³ O cód. da Hist. Alcobacence, CCVII / 415, B. N. L. contém as obras de S. Fulgêncio de Ruspe (*De fide incarnationis Filii Dei, Pro exponendis quinque questionibus, De regula verae fidei e Rescriptum de Aethiopiae baptismo*) com uma carta de Scarila e duas de Ferrando Diácono, dirigidas a S. Fulgêncio. Os sete livros de *Histórias* de Orósio, seguidos de uma relação da conquista de Santarém e do Carmen de Gosuíno sobre a conquista de Alcácer do Sal.

⁴ D. Rodrigo da Cunha, *História Eclesiástica da Igreja de Lisboa*, 1642, Parte II, cap. 25 afirma: "Entre as escrituras, que andão lançadas no fim da quarta parte da Monarquia Lusitana há hua muito principal, escrita em verso elegiaco (...) contém a tomada de Alcácer aos mouros (...) senão que a pouca notícia, que das regras de poesia tinha, quem a copiou, e lançou no cartório de Alcobaca, donde a tirou e deu à estampa Fr. António Brandão."

Frei Joaquim de S. Agostinho, «Memória sobre os códices manuscritos e Cartório do Real Mosteiro de Alcobaca», in *Memórias de Literatura*, V, 315, apontou também essa falta de rigor.

1. A Fonte: O Carmen de Gosuino

1.1. Por que razão se terá copiado este poema em Alcobaça?

Na biblioteca dos monges de Alcobaça, muito rica em manuscritos, as obras mais abundantes são textos religiosos, até finais do Século XV. São de referir a Bíblia, vidas de santos, tratados teológicos e espirituais, embora como afirma o Professor Mattoso "os textos históricos não se encontram dela totalmente ausentes"⁵. Aparecem algumas obras de historiografia europeia, assim como dois relatos únicos da reconquista portuguesa: o *De expugnatione Scalabis* e o *Gosuini de expugnatione Salaciae carmen*, bem como a crónica da batalha do Salado e algumas notas, fazendo memória de factos dispersos do Séc. XIV e XV.

Ao contrário de Santa Cruz de Coimbra, em que surge uma produção memorialística importante, relacionada com os nossos primeiros reis e com a nobreza, em Alcobaça, a produção escrita vai muito mais numa linha religiosa e espiritual, apesar de nesse Mosteiro repousarem vários reis da 1ª. dinastia.

A descrição da conquista de Santarém encontra-se em Alcobaça, afirmando alguns autores⁶ que este texto teria sido composto em Santa Cruz de Coimbra. Assim, pode levantar-se a hipótese do Poema da conquista de Alcácer ter estado também primeiramente em Santa Cruz, sendo copiado depois em Alcobaça. Com efeito, foi de Santa Cruz que "partiram, em 1184, as mais claras e precoces manifestações até hoje conhecidas do espírito de cruzada em Portugal, nessa altura motivado pelo agravamento das invasões almóadas"⁷. Qualquer dos relatos está fortemente imbuído do ideal cruzadístico.

Podemos apontar como argumento, a profunda ligação dos monges cistercienses com as ordens militares, intimamente relacionadas com o projecto de cruzada. Sabemos que os monges de Alcobaça apoiaram os cavaleiros de Évora, antes de estes pertencerem à Ordem de Calatrava, e mais tarde os de Cristo⁸. Sendo a conquista de Alcácer dos exemplos mais marcantes da cruzada ibérica, tendo nela participado o próprio Abade de Alcobaça, justifica-se que o relato da conquista de Santarém aí fosse encontrado, assim como o Carmen de Gosuino.



B.N.L., Alcobaça, 455, Fl.1, *Bíblia*, Prólogo. / Fotografia de Adelaide Miranda

⁵ José Mattoso, «Alcobacence, historiografia», *Dicionário de Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, org. e coord. De Giulia Lanciani e Giuseppe Tavani, Lisboa, ed. Caminho, 1993, p. 35.

⁶ Luís Filipe Lindley Cintra, *Crónica Geral de Espanha de 1344*, Vol. I, Lisboa, 1951, Introdução, p. CCCXCIII e José Mattoso, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros*, Lisboa, Guimarães ed., 1985, p.169.

⁷ José Mattoso, *História de Portugal*, ed. Círculo de Leitores, 1992, vol. 2º. p. 262.

⁸ Idem, «Ordem de Cister» in *Dicionário Ilustrado de Hist. de Portugal*, Ed. Alia, .I p. 128.

1. A Fonte: O Carmen de Gosuino

1.2. O poema e a ideia de cruzada

No Poema de Gosuino sobre a conquista de Alcácer do Sal em 1217, há marcas fortes da ideologia cruzadística, difundida entre nós, só em finais do século XII, bastante mais tarde, aliás, do que nos territórios além Pirinéus, como ressalta da "Chanson de Roland". Os ideais de cruzada são evidentes em escritos de Santa Cruz de Coimbra, nomeadamente, no relato da conquista de Santarém, nos Anais de D. Afonso, Rei dos Portugueses e no Relato da Fundação de São Vicente de Fora.

9 Carl Erdmann, *A ideia de Cruzada*, Coimbra, 1940, p. 5.

Até meados do século XII, raramente encontramos nos combates peninsulares a noção de uma guerra religiosa. O antagonismo não parece ter sido tão radical como no resto da Europa, como poderemos constatar no poema de "Mio Cid". Havia um certo espírito de tolerância, que tinha a ver com uma tradição de trocas culturais e económicas, acontecendo cavaleiros cristãos refugiarem-se no lado mouro e vice-versa. Por exemplo Afonso VI refugia-se na Toledo muçulmana. É de registar a aceitação em qualquer dos lados da fronteira, de crentes de outros credos, tais como os moçárabes e as minorias moura e judaica no lado cristão. A diferença era marcada sobretudo pelo montante dos tributos a pagar.

Enquanto os cavaleiros francos procuravam geralmente o extermínio do adversário muçulmano, "que passavam à espada", os castelhanos, leoneses e portugueses poupavam facilmente os vencidos, tentando conservar as estruturas económicas existentes, embora substituíssem as mesquitas por igrejas e utilizassem o trabalho dos mouros. Havia uma clara noção da superioridade cultural e económica dos muçulmanos. Se havia saques, razias frequentes, fossado todas as primaveras, surgiam também alianças, períodos mais ou menos dilatados de tréguas, em que as trocas se processavam quase em normalidade.

Mais do que um conflito religioso, a «Reconquista» surgia nos reinos peninsulares ligada à questão da herança visigótica, cuja memória era habilmente cultivada pelos grandes senhores e nobres guerreiros que se diziam seus legítimos descendentes. Combatia-se pela posse do território, "lutava-se para defender a casa e o lar, com o intento de alargar as fronteiras"⁹.

A partir de meados do século XII, vai crescendo o sentimento da semelhança entre a guerra contra os Muçulmanos na Península e a guerra para a libertação da Terra Santa. Esta difusão deve-se à actuação da cúria pontifícia; às ordens militares aqui instaladas; à importação da ideia de cruzada de além-Pirinéus, feita no aproveitamento dos cruzados que, ao dirigirem-se à Palestina, eram aliciados a tomar parte nas guerras de reconquista; e também aos nobres e clérigos estrangeiros, a maior parte deles cruzados, que ficam a viver em terras portuguesas, depois da conquista de Lisboa aos Mouros. Podemos salientar, entre muitos outros, Gilberto Hastings que foi bispo de Lisboa,

Guilherme Descornes que se estabeleceu em Atouguia da Baleia, Jourdan, povoador da Lourinhã, Alardo que ficou com Vila Verde, Rolim que recebeu Vila Franca, mais tarde chamada Azambuja, povoada por flamengos.

Era necessário expulsar os Mouros e retomar as terras outrora cristãs.

“Indulgências, auxílio estrangeiro e milícias religiosas serviam o rei de Portugal na tarefa primária de ganhar mais terras debaixo da sua autoridade”¹⁰.

Em 1215, no Concílio de Latrão, ao ser discutida a cruzada, o Bispo de Lisboa, D. Soeiro, aí presente, pediu autorização a Inocêncio III para que os cruzados que eventualmente passassem pelas costas ibéricas, pudessem ajudar na guerra contra os mouros. O Papa discordou, pois o seu objectivo era a vitória dos cristãos na Palestina. O possível envolvimento dos cruzados no palco das guerras dos estados cristãos peninsulares, surgia-lhe como perda de tempo e dispersão de forças.

Quando em 1217, um grupo de cruzados chega ao Tejo, a caminho da Terra Santa, é o mesmo bispo português que consegue, com um discurso eloquente, segundo Gosuino, convencer uma parte da armada a ir combater os Mouros em Alcácer, contrapondo os prejuízos do ócio aos benefícios da luta pelos ideais de Cristo.

Rapidamente a cruzada de Alcácer é também pregada aos portugueses e aos cristãos dos outros reinos peninsulares, embora os portugueses formem apenas um pequeno grupo¹¹ que, conjuntamente com os estrangeiros, partem para o combate, ostentando nas vestes a cruz de Cristo. Carl Erdmann considera-a «a primeira cruzada portuguesa»¹².

¹⁰ A. H. de Oliveira Marques, *História de Portugal*, ed. Ágora, 1972, vol. I, p. 108.

¹¹ Na Carta ao Papa Honório III é afirmado "cum nos de regno Portugaliae essemus eadem hora, paucissimi" in *Monumenta Henricina*, vol. I p. 47.

¹² Carl Erdmann, *Ob.cit.*, p.44.

1. A Fonte: O Carmen de Gosuino

1.3. Protagonistas

Para Gosuíno e para os que escutam o seu cântico, o ataque a Alcácer do Sal aparece como algo de sagrado, como se todos os acontecimentos, nomeadamente as tempestades, encaminhassem os cruzados através de um plano providencialmente gizado a um nível superior, para o qual vão sentindo um chamamento divino. Mesmo assim há entre os homens da armada os que sentem que a sua missão é a partida imediata para a Terra Santa e os outros que sabem que em Alcácer, juntamente com o saque, está a possibilidade de mais cedo irem contribuindo para a realização da Jerusalém terrestre.

Em destaque, para além dos cruzados, surgem como grandes guerreiros, combatendo a cavalo como qualquer nobre, os altos dignatários da Igreja em Portugal, o Bispo de Évora D. Soeiro II,¹³ o Abade de Alcobaça, conjuntamente com D. Pedro Alvites, Mestre da Ordem Militar dos Templários, D. Gonçalo, Prior dos Hospitalários e Martim Pais Barregão, comendador de Palmela da Ordem de Santiago. O maior destaque vai, no entanto, para o Bispo de Lisboa, D. Soeiro Viegas, grande impulsor do ataque a Alcácer do Sal.

Episódio de uma guerra sagrada de cristãos contra os Islâmicos, com o Rei ausente dos campos de batalha, pouco lugar é dado no poema à nobreza. O não envolvimento de Afonso II no feito de Alcácer é problemático, querendo alguns cronistas atribuí-lo a doença, mas explicável mais por razões de ordem administrativa, como nos evidenciam estudos recentes,¹⁴ que mostram no ano de 1217, ano da conquista da referida praça, o rei a percorrer grande parte do Reino.

Na cena terrestre os intervenientes são sobretudo gente da Igreja, Bispos e Ordens Militares vocacionadas para a guerra contra os infiéis, incluindo neste combate o Mestre dos Templários de toda a Península. Surgem em lugar de grande destaque os que combatem a cavalo, apesar de serem muito menos numerosos do que a vasta infantaria. Embora o poeta não o refira expressamente no relato da conquista de Alcácer, é normal o envolvimento das milícias concelhias que se tinham batido com brilho na batalha de Navas de Tolosa e também da cavalaria vilã, sabendo-se, como eram importantes nesta época, os cavaleiros vilãos de Lisboa e Santarém.

Num plano sobrenatural, ao nível do milagre, o poeta descreve o aparecimento de outros seres, um exército celeste, envergando nas vestes brancas a cruz, como os cruzados e, tal como estes, corporizando a luta do bem contra o mal, da luz contra as trevas, dando coragem e força aos cristãos, confundindo e derrotando os Infiéis.

No campo contrário erguem-se como protagonistas, em primeiro lugar, o castelo altaneiro, num monte difícil de escalar, fonte de tantos males para os cristãos. Gosuíno diz que este era para os portugueses "o mais nocivo de todos os castelos mouriscos". Dos seus ocupantes o destaque vai para o

¹³ Conf. P. Miguel Oliveira, *História Eclesiástica de Portugal*, Ed. União Gráfica, Lisboa, 1940, Catálogos Episcopais, Évora, D. Soeiro II (1205-1229), p. 389.

¹⁴ Conf. J. Mattoso, *Hist. de Portugal*, ed. Alfa, 1983, vol. 2, p. 116 e João Alves Dias «Itinerário de D. Afonso II (1211-1223)» in *Rev. de Estudos Medievais*, nº.7, 1986, pp 29-47. Em 1217 o Rei Afonso II está em Lisboa (Abril e Maio), em Alcobaça (Junho), em Coimbra (Junho/Julho), em Santa Maria da Feira (Julho), em Guimarães (Agosto/Setembro), em Leomil (Setembro), em Trancoso (Outubro), em Quintela (Outubro), de novo em Coimbra, onde permanece até ao começo de Dezembro, em Pombal (Dezembro), chegando a Santarém na 2ª. metade de Dezembro. Al permanece durante o Inverno de 1218 e a Primavera passa-a entre Lisboa, Torres Vedras, Óbidos e Leiria, voltando no Verão para Coimbra.

alcaide Abu Abdulhah que dirige, heroicamente, as operações de defesa. Ao ver-se cercado envia mensageiros aos *valis* da Andaluzia e aguenta a pressão do cerco, mesmo depois da derrota campal dos que vieram da Espanha moura, respondendo ao seu pedido de socorro. Por fim, em desespero de causa, para salvar a vida e fugir mais facilmente, finge converter-se, o que faz redobrar o entusiasmo cruzadístico dos cristãos.

Salientam-se também os chefes das províncias do Al Andaluz¹⁵ que vieram apressadamente em socorro daquele baluarte estratégico “de cuja perda ou conservação dependia em parte a sorte futura das enfraquecidas e cada vez mais limitadas províncias da Espanha Muçulmana”¹⁶. Unidos por laços de fé e de solidariedade semelhantes aos que se teceram no campo português, o que revela a importância atribuída pelos Almóadas à defesa de Alcácer, assume grande protagonismo este exército, resultante da mobilização de toda a Andaluzia, sendo de destacar a cavalaria moura que, por ser esmagadora, mais brilho vem a conferir à retumbante vitória dos cristãos.

¹⁵ Gosuíno refere apenas três reis, enquanto as outras fontes indicam 4 chefes mouros: de Jaén, de Córdoba, de Sevilha e de Badajoz.

¹⁶ Herculano, *História de Portugal*, ed. Bertrand, Tomo I, p. 261.

2. Comentário

2.1.1. Aspectos estruturais do poema

O poema, escrito em verso elegíaco, para relatar o episódio guerreiro da conquista de Alcácer, serve-se de uma linguagem simbólico-iniciática. Pensa-se que o autor deva ser um cruzado, presente nos acontecimentos que relata. Apesar do anonimato, pode concluir-se que se chama Gosuíno, fazendo a ligação das letras iniciais das primeiras sete estrofes dos versos, como o próprio autor sugere: “se juntares qualquer primeira figura / obterás os nossos nomes” G.O.S.U.I.N.U.S. (ver anexo em latim).

A leitura do poema permite-nos deduzir que o poeta seria um homem letrado, atendendo a que manifesta conhecimentos de retórica, e, é provável que tenha lido para além dos autores antigos, autores cristãos, nomeadamente Prudêncio que dedicou hinos aos antigos mártires hispânicos. Por outro lado, dado o carácter cruzadístico da empresa, não é de excluir a hipótese de o autor ter no horizonte da inspiração cronística a exortação de S. Bernardo aos Templários.

Certamente Gosuíno terá sido um clérigo, como se pode deduzir da oratória sacra do poema e do conhecimento profundo do cristianismo e da sua simbologia. Pertenceria a uma ordem religiosa, o que se revela pela preocupação com o trabalho, bom para a alma, ao contrário do ócio conduzindo ao vício, à perdição. Militar? Certamente, a avaliar pelos ideais de luta pela fé e pelos conhecimentos militares que possui. Francês? Fortunato de S. Boaventura discutiu a questão, inclinando-se para a hipótese de ele ser um monge cisterciense de Santa Maria de Villers, no Brabante e não um clérigo português, como pretendeu Barbosa Machado. Os argumentos a favor desta tese são a comparação com uma *Vida de Santo Arnulfo*¹⁷, escrita por aquele monge e a presença de elementos francígenos, incluindo o próprio título do poema “Quomodo capta fuit alcaser a francis”.

Escreveu um poema épico à maneira clássica com:

- Proposição: “Escrevo o que há pouco / aconteceu aos cruzados”.
- Invocação: “Inspira-me, ó Cristo; Inspira-me, ó Tu que és Deus uno e

Trino”.¹⁸

- Dedicatória: “E Tu, ó Pedro, a quem cabe governar a barca de Pedro e a quem os nossos versos são dedicados”.

- Narração: Inicia-se com “Os Peregrinos com o desejo de cumprir os seus votos, percorreram diversas orlas do mar”.

Na proposição é claro ser o objectivo principal do poema fazer memória do feito praticado pelos cruzados.

Na invocação, pede a Cristo que o inspire para poder dar a conhecer à cristandade “inteiramente os factos”. Um pouco mais adiante, reforça esta ideia, usando uma expressão da oratória cristã: “viso um fim. Vós, ó Cristo, que tudo protegeis, regai-me com o vosso orvalho”.

¹⁷ Falecido em 1228.

¹⁸ Poema de Gosuíno, in *Monarquia Lusitana*, Parte Quarta, ed. Imprensa Nacional - Casa da Moeda, Introdução de A. da Silva Rego, Notas de A. Dias Farinha e Eduardo dos Santos Lisboa, 1974, pp. 133-136. O poema foi traduzido pelo Dr. Santos Alves. Como esta tradução levanta bastantes problemas, só em alguns passos a utilizámos, nos mais controversos procurámos refazê-la.

A dedicatória é, intencionalmente ambígua, através da aparente alusão inicial ao Papa (" e tu Pedro") e na subsequente ancoragem que é feita ao bispo de Lisboa, D. Soeiro, a quem teria sido entregue o governo da barca de Pedro, ou seja, a diocese de Lisboa. A problemática instalou-se por causa da palavra Pedro, entendendo alguns autores, tratar-se do Papa.

Progride-se na resposta a esta questão, se atendermos ao facto de nos versos seguintes, o autor afirmar: "o teu nome é representado por *cinco* figuras (...) Se contares algumas figuras, encontrarás *sete*". Assim, as sete letras iniciais das primeiras sete estrofes são S. V. E. R. I. U. S. Se atendermos a que S. V. se repetem na primeira e última sílaba, ("Hic S.V. gemines"), temos cinco grafemas diferentes: S.V. E. R. I. ou Soeiro ("Aqui estão quinze partes; se juntares qualquer primeira figura obterás os nossos nomes"). O bispo de Lisboa, D. Soeiro Viegas, será o grande responsável por toda a operação, aquele a quem o poeta pede protecção, a quem reverencia e dedica o seu cântico.

A narração que começa com a viagem dos cruzados e todo o relato subsequente, será tratada, de forma mais desenvolvida, um pouco mais adiante.

2. Comentário

2.1.2. Linguagem Simbólica

Hoje, a História, como muitas outras ciências, procura interpretar os símbolos, porque eles constituem uma parte integrante do caminho do homem, no esforço para decifrar e dominar as forças que o atingem, mas cuja compreensão quase sempre lhe escapa. Por isso, “a história das interpretações simbólicas está por escrever e os seus dados certos só se encontram em pequeno número, salvo, por exemplo, no simbologismo cristão.”¹⁹

¹⁹ Jean Chevalier e Alain Gheerbrant, *Dicionário de Símbolos*, ed Teorema, Lisboa, 1994, Introdução, p.11.

Ao procurarmos fazer uma leitura mais aprofundada do poema, conscientes de que o pensamento simbólico possa ser, por vezes, mais rico que o próprio discurso histórico, verificámos que a linguagem utilizada oferece várias leituras, aparecendo-nos por vezes codificada, como é o caso, entre outros, das primeiras letras dos versos, formando acrósticos que nos revelam os nomes de S.V.E.R.I.U.S. e G.O.S.U.I.N.U.S., que se aceitam, em princípio, como sendo, respectivamente, o nome do Bispo de Lisboa e o do autor do “Cântico”.

Em todo o poema, é notória a existência de um aprofundado simbolismo cristão, como, aliás, seria lógico, atendendo à necessidade de enaltecer sobretudo o feito cruzadístico e pelo facto de o seu autor ser, muito provavelmente, um clérigo, membro de uma ordem religiosa e com o domínio de um tipo de saber acessível apenas a um número restrito de pessoas, preocupadas em preencher o tempo livre com trabalho e estudo, segundo o lema do “orare et laborare”. Nesse sentido, destacamos dois versos: “encher os ócios com trabalho para que as virtudes não sofram o efeito do vício” e “a ociosidade corrompe as virtudes e devora a dignidade do espírito”.

De entre os indícios de providencialismo cristão, podemos destacar o símbolo da cruz (“no ar brilha o sinal da cruz mais claro que os astros”) e o ambiente profético e providencial (“o Senhor fez com que aportásseis às nossas costas / para que o nosso jugo seja sacudido por meio das vossas armas e profecias”; “Deus...renova as profecias”). Simbólicas...

A religiosidade, normalmente, de cunho providencialista, está, ainda, patente na simbologia de outros referentes:

Cores: vestes ligadas ao sobrenatural (“esplendorosas como o Sol e brilhantes como a neve fresca”), podendo significar o dourado glorioso do Sol em conjugação com o branco da neve, que normalmente é associado à Lua (“sinais róseos da cruz”; “no ar brilha o sinal da cruz, mais claro que os astros”).

Contrastes: luz / trevas, Sol / Lua, mirra / néctar, fel / mel, crime / piedade, noite / dia, virtude / vício; ócio / ocupação; bem / mal.

“Desde os tempos antigos que os números, que aparentemente servem apenas para contar, forneceram uma base ideal para as elaborações simbólicas... (Regulam a harmonia física e as leis vitais, espaciais e temporais,

como também as relações com o Princípio”²⁰. No poema da conquista de Alcácer, pela carga simbólica que os números ²¹ parecem assumir para o autor, destacaremos:

O número dois - (“Caíram dois Reis”; “duplo amor”; “dois muros”; “duas torres altas” “dois anos sob a própria luz”) - o número dois simboliza o dualismo sobre o qual se apoia qualquer dialéctica, qualquer combate, e, reforça, multiplicando o valor simbólico da imagem.

O número três, aparece várias vezes. Sabemos ser muito grande a sua carga simbólica “Tu que és Deus Uno e Trino” - a tríade divina, comum a muitas religiões, é para os cristãos, a perfeição da Unidade Divina: Deus é Um em três Pessoas. “A Espanha ...envia três Reis”, como três são os Reis Magos. (“É que viram os nossos furiosos durante três dias,/Quando ... se dá o massacre deles ... vitória”; “o terceiro dia depois ... Alcácer é entregue”, “Três dias depois, o comandante do Castelo é baptizado”). Tudo em três dias, como os que Jonas passou no ventre da baleia, ou que vão da morte à Ressurreição de Cristo. E em múltiplos de três, como por exemplo, quinze (“Aqui estão quinze partes”; “trinta galeras”).

O número cinco aparece significando os cinco sentidos (“O teu nome é representado por cinco figuras /Para com razão regeres os cinco sentidos”). Surge várias vezes no poema, simples ou nos seus múltiplos: (“Em cinco lustres eles cativaram ou mataram quinze mil homens”). Sabemos que é considerado o símbolo do homem, o símbolo da harmonia, do equilíbrio e do plano divino. O número sete aparece referido aos sete dons do espírito (“Se contares algumas figuras encontrarás sete, a fim de que o / Espírito te torne feliz com sete dons”). Poderá também significar um número perfeito, acabado, como a conclusão do mundo e a plenitude dos tempos, os setes dias da semana com o sétimo de descanso, o “sabat” judaico, os sete braços do candelabro do templo de Jerusalém. É a chave do Apocalipse de S. João: sete igrejas, sete estrelas, sete espíritos, sete selos, sete trombetas, sete trovões, sete cabeças, sete taças, sete reis; o mesmo para o Evangelho de S. João cujo livro é constituído por séries de sete, as sete menções de Cristo, sete semanas, sete milagres, etc. Ainda as setes cores do arco íris, os sete raios do Sol.

O número dez: (“os dez cativos”). Para os Pitagóricos era o “mais sagrado dos números, o símbolo da criação universal”.

O número dezassete, tal como o setenta e dois que está relacionado com ele, sendo o primeiro a soma e o segundo produto de 9 e 8. A soma corresponde ao número das letras do alfabeto grego, setenta e dois é o equivalente a Verbum: palavra genesíaca, e ao número de livros da Bíblia Católica. Os casos em que ocorrem no texto são os mais problemáticos do ponto de vista da tradução, como será focado, mais detalhadamente, a

²⁰ J. Chevalier, *ob.cit.* p. 478

²¹ Esta interpretação simbólica apoiou-se sobretudo nos itens do Dic. de J. Chevalier já citado.

propósito da data da conquista de Alcácer, por isso, transcrevemos o texto em latim: (“Annos in christum cum uolis mille ducentos / Denos cum septem patria gemit” e “ Ulixboniam ... post annos septem decies, binosque”).

Para além da estruturação externa do poema, a elaboração do próprio discurso na chegada dos cruzados a Lisboa, com os objectivos e os recursos técnicos correspondentes a um discurso oratório²², podemos referir ainda vestígios metonímicos da formação escolar retórica do autor, com sejam: Vulcano por fogo, Ulisses por Lisboa.

O poeta, pelo simbolismo da linguagem, revela implicitamente uma intencionalidade, apenas decifrável pela minoria de pessoas da época que tinha acesso a este tipo de saber, transmitido só a iniciados, como era, entre outros, o caso dos membros das ordens religiosas.

Constatamos, pois, uma intencionalidade na associação de contrastes, por um lado, e, por outro, na ocorrência de numerologia simbólica, evidenciando uma tendência providencialista na acção histórica ou cultural humana. O facto histórico ou a força “numinosa” que o autor relata, significam que há uma providência, uma ligação entre a acção humana e a acção divina, como, de resto, o comprovam as suas próprias palavras, intencionalmente e retoricamente corrigidas “Alcácer é entregue a nós, ou antes, a Deus”.

²² O discurso que Gosuíno põe na boca do Bispo de Lisboa contém a estrutura típica da oratória clássica: a “captatio benevolentiae” - captar a simpatia do auditório; a “argumentatio” - argumentação; e a “peroratio” - apelo final. Contém também os objectivos de um discurso oratório: “docere” - ensinar; “movere” - levar a ; excepto “delectare” - dar prazer que não aparece, certamente por causa do ascetismo, não há recurso à técnica correspondente.

2.2 - Narração

2.2.1. A viagem dos cruzados até Lisboa

Respondendo à voz do chamamento para a 5ª. Cruzada, que ecoara na Europa nos últimos tempos de Inocêncio III e continuara com Honório III, muitos acorreram aos navios que os deveriam transportar à Terra Santa. Estes cruzados eram oriundos de várias terras: Flandres, Saxónia, Westefália, Frísia. Por terra, seguiram para a Palestina o Rei da Hungria, o Duque da Áustria e outros cavaleiros e prelados.

Corria o mês de Junho do ano de 1217 quando os cruzados aportaram junto da Corunha. Algumas fontes referem a sua ida em peregrinação a Santiago de Compostela²³, como era prática habitual nesta época, pois o culto de Santiago estava intimamente relacionado com a ideia de cruzada. Gosuíno refere apenas "com barcos sem conta sulcaram os mares. Ao farol vieram muitos ..." ²⁴, sendo considerada a Corunha, porto de chegada, para maioria dos historiadores. Este era o antigo Pharum Bragantium, onde a tradição atribui, primeiro a Hércules, e, mais tarde a César, a construção de um farol.

O cântico de Gosuíno diz que se juntaram e permaneceram nesse porto, tendo ali escolhido o chefe e estabelecido o regimento de disciplina²⁵, ao passo que as outras fontes falam desta escolha, anteriormente, quando ainda estavam na Bretanha.

A armada tinha como comandante Guilherme, Conde da Holanda, o mesmo que em 1214 acompanhara o Infante D. Fernando de Portugal na batalha de Bouvines²⁶ e como sub-comandante o marechal de Colónia, Gerardo de Wied.

Uma terrível tempestade abate-se sobre a armada que Gosuíno descreve com laivos de pungente tragédia, talvez para poder acentuar mais o carácter providencial dos acontecimentos que iriam envolver os protagonistas no futuro.

A tempestade e o naufrágio que se lhe segue localizam-se no Norte ("Portugal abre-se para aí viverem as naus./ Passam o porto; Eolo enfurece-se"). Os cruzados vinham da Corunha para Sul. Não é claro o autor quanto ao lugar exacto desta ocorrência, ter-se-á dado a Norte do Douro²⁷, e, com alguma probabilidade, pensamos poder localizá-lo por alturas da foz do Lima, uma fronteira que na Antiguidade possuía uma grande carga mitológica e de superstição²⁸, e seria, provavelmente, uma referência cultural do poeta.

Até que os ventos serenam, o mar fica calmo e os cruzados avançam, impelidos por uma leve brisa, como se fizesse parte de um plano providencial o terem de aportar às costas portuguesas. A 10 de Julho entram no porto de Lisboa, onde são recebidos com grandes manifestações de hospitalidade e gentileza.

O monarca, Afonso II, estava em Coimbra, a tratar, certamente, dos negócios administrativos do reino. Assim, é D. Soeiro, bispo de Lisboa, que, depois de acolher e presentear os Cruzados, lhes propõe, num discurso eloquente, o ataque a Alcácer do Sal como uma guerra contra "os inimigos da cruz". Este

²³ «Cronicon Emonis», *ob. cit.*, p. 478: "Navibus itaque in tuto dispositis, sequenti die versus Compostellam iter arreptum, per diem et noctem continue laborantes, vix confecimus";

«Annales Colonienses Maximi», in M.G.H., *Scriptores*, XVII, p. 829: "Ibi naves in portu relinquentes, petunt limina gloriosi apostoli Iacobi in Compostella".

²⁴ Gosuíno, P. M. H. *Scriptores*, p. 103: "Innumeris ratibus sulcarunt equora, faram" venerunt plures". Tradução sugerida pelo Prof. Doutor Aires do Nascimento.

²⁵ Idem: "Hic mora fit, nave coeunt, iuratur in unum, / Dux legitur, statuit iura tenenda suis."

²⁶ O Infante D. Fernando era filho de S. Sancho I e casado com a Condessa da Flandres D. Joana, foi derrotado por Filipe Augusto no célebre "domingo de Bouvines" em relação ao qual quebrara o juramento de fidelidade feudal e foi metido a ferros, tendo deixado má imagem de si.

²⁷ Os nossos cronistas, a começar por Fernão Lopes na Crónica de 1419, localizam esta tempestade no Algarve, cerca do Cabo de S. Vicente, talvez por confundirem faram = farol, com Santa Maria de Faro. Este assunto encontra-se um pouco mais desenvolvido neste trabalho em 3.3. Os cronistas portugueses e o feito de Alcácer.

²⁸ Carlos Fabião, «O Passado Proto-Histórico e Romano», *História de Portugal*, 1º. vol. C. de Leitores, p.217 afirma a propósito da conquista romana: "As suas hesitações depois de passado o rio Douro parece mostrar que só então os Romanos ousaram afastar-se de regiões pacíficas. (...) A primeira hesitação manifesta-se nas margens do rio Lima. Ao que parece os soldados recusaram-se a ultrapassá-lo, com medo de assim perderem a memória das suas origens. Este episódio (...) justifica as terríveis propriedades que, na Antiguidade, se atribuíam ao rio Lima. O temor dos soldados foi vencido pelo exemplo do próprio general (Júlio Bruto), que sozinho, atravessou o rio, para demonstrar que nenhum mal lhe sucedia."

discurso, muito citado, sempre que é referido o Cântico de Gosuíno, estruturado dentro das regras da oratória, é para nós extremamente importante do ponto de vista do estudo da mentalidade da época.

²⁹ Ver nota nº.22.

D. Soeiro Viegas começa por captar a simpatia do auditório²⁹, identificando os cruzados a si próprio e assimilando-os à acção providencial regeneradora de Cristo ("Ó irmãos, servos de Cristo, ... sois a honra do martírio / ... O Senhor fez com que aportásseis às nossas costas).

Argumenta, em seguida, com a justificação imediata para o cerco, dado:

- o carácter belicoso e ameaçador da fortaleza ("um castelo que é de todos os castelos o mais ameaçador") e o elevado grau de inimizade aos cristãos (cativaram ou mataram quinze mil homens");

- o espírito de "guerra santa" ("Cristo-Rei ... esmagando com a sua mão os inimigos");

- a época do ano não ser favorável para prosseguirem a viagem para a Palestina ("este tempo e esta brisa impedem-no... a agitação / Do mar profundo e o vento do tempo ameaçador");

- e ser a virtude contrária à ociosidade.

Segue-se um apelo final: "Portanto... sede inimigos dos inimigos da cruz / Que a vossa mão aqui preste serviço a Deus. / Associar-nos-emos a vós para conquistar Alcácer".

As palavras do Bispo desencadeiam grande confusão na armada: surgem claramente dois partidos: o dos que querem partir imediatamente para a Terra Santa para cumprir os seus votos e o dos que, convencidos com toda esta argumentação, querem responder ao apelo final, na certeza de que esta é também uma luta contra o infiel, mas a que não será de modo nenhum alheia, a possibilidade de um abundante saque. O facto de Lisboa ter sido conquistada com a ajuda dos cruzados, deve também ter pesado na decisão dos que resolveram ficar.

Uma parte da armada segue para Marselha, a caminho da Terra Santa e a outra vai permanecer dois meses em Lisboa, uma cidade de fronteira, que apela fortemente à luta contra os mouros, como empresa cruzadística e também abrindo perspectivas para um saque reparador. Entretanto os bispos e ordens militares pregam a cruzada no reino e fora dele.

Mais uma vez os portugueses souberam aproveitar habilmente os homens de armas que se dirigiam à Terra Santa, para os ajudar na reconquista de uma praça que constituía a chave dos territórios meridionais dos infiéis, que impediam, com os seus ataques e razias frequentes, o normal desenvolvimento, quer de Lisboa, quer da zona ao sul do Tejo. Talvez por isso se tenha propagado a lenda, a que a nossa fonte também alude, de todos os anos serem obrigados a pagar cem cativos e com as frequentes surtidas

2.2 - Narrativa

2.2.1 - A batalha de Alarcos

mouras em território cristão, terem sido mortos ou aprisionados, nos últimos cinco anos, mais de quinze mil pessoas³⁰.

Os barcos dos cruzados, que ficaram no Tejo, preparam-se para a empresa. Sulcam o mar que está sereno, soprando apenas uma leve brisa. Sobem o Sado a caminho de Alcácer. Por terra, seguiram os Bispos de Lisboa e Évora, o Comendador de Palmela, D. Martinho Pais e mais gente ilustre, não muito numerosa, com muita peonagem e certamente também alguma cavalaria vilã. Juntaram-se todas as forças cristãs em 3 de Agosto.

³⁰ Gosulno, *Monarquia Lusitana*, Tomo IV, p. 134: "Os habitantes do Castelo todos os anos oferecem ao seu rei / Cem cristãos, o que na verdade pagamos. / Em cinco lustres eles cativaram ou mataram quinze mil homens."

2.2 - Narração

2.2.2. O cerco

Gosuíno descreve o cerco, começando por referir o primeiro contacto com as forças inimigas, quando os cruzados vão colher uvas, no arrabalde, próximo dos muros de Alcácer. A cavalaria inimiga acorre e muitos perdem a vida atravessados por lanças. Com as tendas dos cristãos, armadas muito próximo das muralhas, os mouros só correndo graves riscos podiam sair do castelo. Com a armada segura dos ataques inimigos, os cristãos apercebem-se da dificuldade da empresa: o castelo ergue-se num monte escarpado.

*“O local está cercado de uma paliçada, os fossos são profundos,
De muro duplo e com inúmeras torres”³¹.*

Os portugueses com os seus aliados enchem os fossos com lenha de figueira e oliveira, as árvores mais abundantes no sítio. Os mouros, atentos, respondem, lançando fogo que tudo consumiu. Pelo facto dos cristãos terem recorrido ao derrube de árvores de fruto, comprova-nos que na envolvente de Alcácer já não havia bosque. Não nos surpreende, portanto, que o Castelo seja tão visível em toda a descrição, não só porque se erguia num monte, como também por não haver vegetação densa.

Durante o cerco, Alcácer aparece-nos com uma carência tão grande de madeira que os cristãos para construírem engenhos de guerra tiveram de recorrer ao desmantelamento de alguns navios próprios, como nos é dado a conhecer na carta de resposta de Honório III, de 26 de Janeiro de 1218, dirigida ao Bispo de Lisboa e a outros membros do alto clero, referindo que, por falta de matéria-prima, foram destruídos oito navios da armada dos cruzados e com o ferro, a madeira e outros materiais obtidos, construídas ali mesmo, catapultas e outras máquinas de guerra, para o ataque às muralhas.

A tradição de Alcácer como um lugar de construção naval e porto de escoamento da madeira alentejana, não funcionou no tempo do cerco, porque sendo muçulmano a maior parte do território do sul, era normal que este bem praticamente não chegasse à mão dos portugueses.

Entretanto os cristãos iam minando e os mouros contraminando. Em fins de Agosto uma torre, desmorona-se parcialmente³²; mas como a base fica de pé, o cerco tem de continuar, havendo a registar muito sangue derramado de um e outro lado.

Perante a situação dramática dos sitiados, um pedido de auxílio correu célere por entre os estados muçulmanos da Península, o que prova a importância atribuída por parte dos almoçadas a este baluarte de defesa. Um numeroso exército, dirige-se para Alcácer comandado pelos “caides de Jaén, Córdoba, Sevilha Badajoz e outros”³³ estacionando a uma légua do exército cristão, num lugar chamado Sítimos, de acordo com os cronistas portugueses³⁴. Eis a descrição de Gosuíno:

³¹ Gosuíno, *ob. cit.*, Tomo IV, p. 134.

³² Saavedra Machado «Os Ingleses em Portugal» *Biblos*, Vol. XIII, Coimbra, 1937, p. 260-261, com base nos *Annales Colonienses* diz que este facto ocorreu por volta do dia de S. Bartolomeu (24 de Agosto).

³³ Conf. Saavedra Machado, *ob. cit.* p.262 e J. Mattoso, nota 43 de «Notas críticas ao Livro IV» in *História de Portugal de Alexandre Herculano*, Bertrand, 1980, Tomo II, p. 337.

³⁴ *A Crónica de 1419*, atribuída a Fernão Lopes, ou *Crónica dos Sete Reis Mouros*, Ac. Port. de História, Vol.1952, p. 191 refere: «Quatro Reys Mouros da Espanha (...) E ajuntaronse todos com muyta gente, de pee e de cavallo, pera virem desçerquar Alcacere (...) E puserom seu arayal huma legua d'elle, em hum lugar que chamam Sitymos».

Rui de Pina, praticamente, repete o mesmo.

O Padre Henrique da Silva Louro, *Freguesias e Capelas Curadas da Arquidiocese de Évora*, (Séculos XII a XX), Évora, 1974, afirma: Sítimos (conc. de Alcácer do Sal) fica situado na Herdade de Famais. Já em 1249, Sítimos era limite do termo de Alcácer. «Et de Setimus usque ad Agrum (...)». Arq. do Cab. 3-III-XIV, vº.).

A Espanha conspira contra nós e, como nos chega a fama, envia três Reis.

Sacudidos pelo medo, conforta-nos Aquele que tudo governa,

Dando-nos trinta e duas naus.

Pomos sentinelas de custódia à armada,

Sentimos a necessidade de abrir trincheiras e de colocar vigias aqui e ali.

Quarenta mil infantes e quinze mil cavaleiros avançam para nos aniquilar.

A chegada às costas portuguesas de trinta e dois navios cristãos³⁵ que se dirigiam com cruzados para a Terra Santa, vem a traduzir-se num reforço do arraial de Alcácer, nomeadamente na abertura de valas e numa vigilância mais eficaz. Apesar de tudo, o medo instala-se nas forças que montaram o cerco.

Muitos cruzados interrogam-se sobre os seus votos. Não eram os Lugares Santos o destino das pregações feitas aos que queriam arriscar a vida pela Cruz? Não eram sobretudo para essa luta que as indulgências eram atribuídas?

No arraial dos sitiadores esta problemática cria insatisfação e dúvidas.

Até porque nas escaramuças havidas os cristãos haviam recuado.

Na eminência do combate, em hora de incerteza avaliam-se as forças.

É notória a pouca cavalaria dos cristãos, que possuem apenas trezentos cavalos. Embora houvesse muitos e bons soldados de infantaria, a cavalaria tinha ainda grande peso na tática de guerra. Nessa noite, chega o Mestre Templário de toda a Península, Pedro Alvites, com cavaleiros de Espanha e de Portugal e mais peonagem. O poeta diz-nos que se juntaram "de improviso, por dom divino, quinhentos cavaleiros e cavalos". Eram freires de Leão, de Castela a conjugarem esforços com os portugueses e os cruzados europeus, numa única frente de combate cristã.

As tropas recuperam ânimo pelo auxílio terreno e pela cruz que viram desenhar-se no céu, anunciando vitória. O monge Godofredo, como mais tarde alguns dos nossos cronistas, localizam o milagre na noite que antecede o combate. Porém, Gosuíno e a maioria das fontes, descrevem-no ao amanhecer.

35 Na *Crónica dos Sete Primeiros Reis de Portugal* ed. crítica de Carlos Silva Tarouca, cap. V p.190 está escrito: «Mas aquele que governava todolhas cousas / quis / emvyar aos Christãos em sua ajuda XXXVI naos de huma çidade que chamom Trageito, os quaes traziom em suas bandeyras synaes de Sam Martinho, porque a jurdição daquella terra era do Bispo daquella çidade. Da qual frota era capitão D. Amrique de Nyehusa. Entom puserom os Christãos a guarda sobre sy e trabalharomse de valar de caua todo ho arayal, e puserom atalayas em ele e na frota, e gemtes que o defendesem". Saavedra Machado refere que Trageito poderá ser Utrecht. «Os Ingleses em Portugal», *ob.cit.* tomo II, p.262. O mesmo é afirmado em *Chronicas de Acenheiro*, inéditos, V, 63.

O Prof. Aires do Nascimento, em esclarecimento amavelmente prestado, referiu que em latim Utrecht é Ultraiectum e Traiectum Mosae ou Traiectum inferius é Maestricht. Assim, a hipótese de Maestricht surge também como possível.

Rui de Pina, «Crónica de D. Afonso II» in *Crónicas*, cap. VI, p. 94/95 diz, aproximadamente o mesmo que a *Crónica dos Sete Primeiros Reis de Portugal*, acrescentando que o capitão "leyxando suas naos com aquella segurança, e resguardo de gente que compria, elle com a outra em bateis, e navios piquenos se foy aho arraial de Alcacere, onde os Christãos foram com muita alegria recebidos".

2.2 - Narração

2.2.3. Uma batalha campal

Pelo raiar da madrugada, os cavaleiros portugueses saíram do acampamento e foram espiar, provocando a reacção do exército inimigo. A resposta foi dura, tendo a hoste de cavaleiros portugueses sido obrigada a recuar. Conta o Poeta:

*Desponta a aurora que atingiu os cavaleiros que os nossos dardos
Afastam um pouco e marcam o acampamento inimigo.
A terra esconde-se, coberta debaixo dos inimigos; o clamor
Ergue-se até aos astros e o clangor de todos os lados exalta os corações.
Dão-se recontros de um e de outro lado,
Corre o sangue e eis que os nossos são mal sucedidos, fogem.*

Na rectaguarda estavam os quinhentos cavaleiros que haviam chegado na noite anterior ao acampamento. A alguma distância, quase a perder de vista, o imenso exército que de muitas partes de Espanha vinha socorrer os mouros fechados nas muralhas de Alcácer. O combate ia ser decisivo.

Segundo a tradição cronística, a batalha deve-se ter travado junto à Ribeira de Sítimos, a cerca de uma légua, de Alcácer³⁶. Sobre o campo imenso estão prontos a defrontar-se os dois contendores: a cruz contra o crescente. A posição das tropas favoreceu os cristãos. Os muçulmanos tiveram de enfrentar o ímpeto do exército cristão de frente para o sol, ficando atordoados pela luz, pelos reflexos das armas, pelo brilho intenso dos metais de todos os apetrechos bélicos, dando a ilusão de uma força de maiores dimensões e mais aterradora.

Como diz Herculano "ou fosse efeito do mesmo reflexo dos ferros polidos e dos dourados escudos que multiplicavam a torrente de luz oriental ou fosse o excitação religioso",³⁷ ou pelos dois fenómenos simultaneamente, os cristãos acreditaram numa visão. Esta inserção do sagrado no profano insere-se plenamente na mentalidade da época. Escreve Gosuíno:

*Um exército celeste vem em nosso auxílio, porque Deus
Dá o sinal da Cruz que antes concedera.
As suas vestes são esplendorosas como o Sol e brilhantes como a neve fresca
E há no seu peito os sinais róseos da Cruz.*

O combate foi terrível. Das ordens militares destacaram-se o Comendador de Palmela, bem como o Mestre Pedro Alvites, embora todos se tenham excedido no ímpeto com que atacaram, confundindo as hostes inimigas que pareciam estarecidas e perturbadas³⁸, na descrição do poeta:

*Obscurecem-se-lhes os olhos e os corações tomam-se de pavor. ...
O companheiro fere o companheiro, este trespassa com a lança o lado,
Aquele corta a cabeça com a espada.
Este está estendido por terra, aquele é pisado pelas patas dos cavalos.
Então alguns dos homens são precipitados nas águas.*

Nenhum dos autores que descreve esta batalha fala do envolvimento dos

³⁶ Sítimos, como foi dito atrás, vem referido pela primeira vez na Crónica de 1419. É citado, depois, pelos outros cronistas, a começar por Rui de Pina. É interessante verificar que em termos de toponímia há a Norte de Santa Catarina de Sítimos um lugar chamado Sesmaria da Batalha e em frente, do outro lado da Ribeira, existe Vale de Matança.

³⁷ Herculano, *História de Portugal*, Tomo II, p. 266.

³⁸ A mesma percepção que os cristãos tiveram do campo inimigo foi sentida pelos muçulmanos que assim a descrevem na sua historiografia. Ver texto de Abd Alhalim na página seguinte.

cruzados europeus, realçando apenas a vitória dos combatentes peninsulares³⁹. Tal silêncio pode interpretar-se como continuando os cruzados na missão de defesa dos próprios arraiais, para impedir os mouros de saírem do castelo e atacarem os cristãos. A vitória deu-se no dia 11 de Setembro, dia de S. Jacinto e S. Proto.

Do medo, do choque, da confusão e da perseguição que se seguiu, resultou uma carnificina terrível. Gosuino refere: "acreditamos que dos inimigos morreram trinta mil e caíram dois Reis". Herculano no seu cálculo aponta metade: catorze ou quinze mil mortos, sem falar nos prisioneiros. De entre os mortos ilustres, destacam-se os vâlis de Córdova e de Jaén.

Tão pesada derrota que produziu no Al Andaluz uma sensação quase semelhante à de Navas de Tolosa em 1212, como nos descreve Abd Alhalim:

*«No ano de 614 (1217) foram derrotados os muçulmanos em Alcacer Abu-Danez; e foi uma das grandes derrotas, e quase como a de Alacab (Navas de Tolosa), porque tendo o inimigo já cercado o dito Castelo, saíram os exércitos de Sevilha, Córdova, Jaen e as tropas do país ocidental da Espanha por ordem do Príncipe dos crentes Jossuf Almontasser-Bellah em seu auxílio e socorro; e tendo-se para ali dirigido, não se chegaram a avistar, porque tendo o susto perturbado o coração dos muçulmanos, voltaram as costas, e principiaram a fugir possuídos de terror, que antes tinham concebido na derrota de Alacab: e como o inimigo já tinha arremetido, animando-se e familiarizando-se; por isso os acometeu à espada, e os matou a todos».*⁴⁰

Depois da alegria da vitória campal, tudo volta ao princípio, pois o castelo de Alcácer continua na mão dos mouros, impedidos apenas de receber, como reforço, o exército desbaratado pelos cristãos. Não esmorece o espírito defensivo de Abu Abdullah contra o qual se lançam os cristãos ainda ébrios do triunfo.

Uma armada de trinta galeras que se havia aproximado da foz do Sado⁴¹ é destroçada por uma violenta tempestade. Mais uma vez, no relato, perpassa a convicção de um milagre:

Para nos confundirem, confirma a presença de trinta galeras

Procuramos e encontramos-las.

Aquele que manifestara com sinais no céu e na terra,

Agora revolta as ondas e as naus inimigas afundaram-se.

³⁹ Herculano na *ob.cit.*, p. 266 cita Olivério, *História Damiatina*.

«Sarracenorum maxima multitudine contra quam pugnauerunt templarii et spharii cum militia reginae portugalensis». E acrescenta: "A ausência dos cruzados do Norte na batalha, que desta passagem se deduz, é confirmada pelo silêncio do monge Godofredo e pelo próprio conde da Holanda, que, narrando os sucessos da sua armada, só menciona o cerco e a tomada de Alcácer (Raynald, *ad annum*, parágrafos 35 e 36)".

⁴⁰ Abdel-Halim ou Abd Alhalim, *Hist. dos sob. mohamet.*, pág.266-267, in Saavedra Machado, na revista *Biblos*, vol. XV, tomo II, 1939 pp. 418-419.

⁴¹ Na *Crónica dos Sete Primeiros Reis* vem referido que esta armada metera no fundo de Afonso II, Cap. V, p.191. O mesmo será repetido por Rui de Pina, *ob. cit.*, p.95.

2.2 - Narração

2.2.4. A tomada de Alcácer

Mais de um mês decorrerá ainda até à vitória. Todos os esforços pareciam em vão. Às tentativas de assalto respondiam os sitiados. Atiravam dos adarves "pedras, vigas e fogo". Toda a técnica já anteriormente utilizada parecia não resultar. Às minas, respondiam os mouros com contra-minas. Repare-se na descrição do poeta que vimos seguindo:

Cavamos debaixo da terra para que os muros ruam.

Cavamos às ocultas e o inimigo cava ao contrário

E esforça-se para que o nosso trabalho seja inútil.

Combate-se dentro da própria escavação com ferro, fumo e fogo.

Constroem-se duas torres, mais altas que as do castelo certamente com os materiais dos navios destruídos, a que se refere a carte de Honório III.

Máquinas que embatiam contra os muros e procuravam desmoroná-los.

Chovem as setas, redobra o ímpeto e pressão dos sitiadores. A necessidade imperiosa de conservar as suas vidas dá forças inusitadas aos mouros.

Assim, vão morrendo muitos de um e outro lado.

O pavor apodera-se dos mouros que pedem conversações. E perante o medo, a fome, a ruína e todo o cortejo de horrores a que se costuma assistir, após um cerco tão prolongado, dá-se a rendição. O poeta apenas diz:

"por isso, Alcácer entrega-se e todas as portas se abrem aos nossos".

Gosuíno silencia o número de prisioneiros Herculano fala de dois mil cativos.

O alcaide foi poupado, com a promessa de conversão ao Cristianismo.

Três dias depois é baptizado com cem da sua gente mais chegada.

Do saque tudo ficou para os cruzados:

Entregam aos cruzados todos os inimigos e as suas coisas

Mesmo os 10 cativos que o Bispo de Lisboa, D. Soeiro, reclamava para si, como impulsionador do empreendimento, lhe foram negados. Daí a indignação de Gosuíno:

Gastou no cerco daquele castelo, forças, recursos próprios e homens

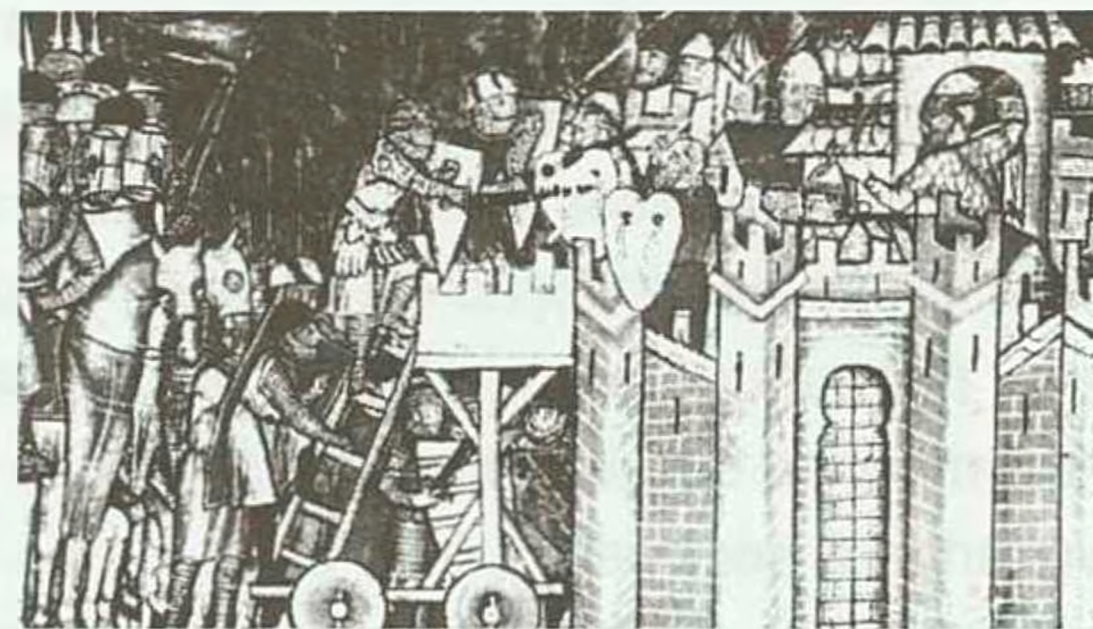
Este deu aos nossos chefes os seus bens

A quem como ingratos não querem pagar nada

Decretou que de todo o exército lhe fossem dados dez cativos

Que estes conservaram para si.

Faz-se a guerra para alcançar a vitória. Mas na maior parte das vezes, à forte unidade das horas de luta sucede a divisão, a ganância na hora de partilhar o saque. Na tomada de Alcácer as disputas nunca atingiram nada de semelhante ao sucedido na conquista de Lisboa ou de Silves, até porque tudo ficou para os cruzados e por eles foi dividido em partes iguais, incluindo os dez cativos, reclamados pelo bispo de Lisboa, a quem o poeta, chocado com o procedimento dos seus companheiros de armas, dirige estas palavras:



Assalto a um Castelo
(Iluminura de la Gran Conquista del Ultramar, Séc. XII, B.N. de Madrid)

*Sê paciente com tais preversos, peço-te, ó óptimo comandante,
Para que Deus te dê o céu em vez das coisas terrenas.*

Por estes versos pode-se deduzir a avidez dos cruzados pelas riquezas, resultantes da rendição de Alcácer. Nada partilham com os companheiros de luta, nem sequer com o Bispo de Lisboa, seu comandante. Mas a verdadeira recompensa surgia com a reintegração daquela praça no Reino de Portugal, voltando a ser cristã⁴². Não seria nunca mais, a sentinela a alertar os territórios mouros do sul, nem o lugar de onde, com frequência, saíam violentos ataques contra os territórios na posse dos cristãos. A sua entrega e completa rendição, abria novas perspectivas de conquista, num mundo ibérico muçulmano em decadência.

O alto clero e o Conde Guilherme da Holanda escreveram ao Papa, separadamente, narrando os felizes acontecimentos que a ajuda dos cruzados tornara realidade. Pediam-lhe:

- que deixasse permanecer os cruzados na Península até à vitória final contra os Muçulmanos;
- que lhes concedesse as mesmas indulgências que obteriam se pessoalmente lutassem na Palestina.

O Conde Guilherme pedia autorização para ficar, chamando a atenção para uma vitória final, possível num espaço de tempo não muito dilatado e sobretudo porque infantizava a grande esperança posta na conversão de mouros, à semelhança de Abu Abdulhah. Só que esta conversão foi ardilosa, permitiu apenas ao alcaide de "Qasr Abu-Danis", nome por que era conhecida a cidade de Alcácer do Sal na época islâmica, preparar, mais eficazmente, a fuga para junto dos seus.

A armada voltou para Lisboa, no começo de Novembro, mais propriamente, depois da festa de Todos os Santos⁴³. Aí aguardou a resposta do Papa enquanto se refazia do sofrimento e desgaste da guerra que durara cerca de dois meses e meio. O Castelo foi entregue à Ordem Militar de Santiago a quem já havia pertencido antes. Muito houve que reconstruir, atendendo à força e coragem com que os mouros resistiram, ficando grande parte da fortaleza muito danificada. Era forçoso estar vigilantes, pois os muçulmanos continuavam a ser uma ameaça, mesmo depois da vitória. Alcácer do Sal só deixou de correr perigo, depois da conquista de Cáceres em 1229, passando a ser cristã toda uma vasta área de segurança.

O Papa Honório III não autoriza a estadia dos cruzados no palco da guerra peninsular contra os Muçulmanos. Depois de alguns meses de uma vida folgada e pacífica em Lisboa, estes nobres guerreiros partem. Indulgências, o Papa só as concedeu aos cruzados doentes, aos mais pobres, sobretudo aqueles que perderam os barcos que foram destruídos para a obtenção de matéria-prima para a construção de máquinas de guerra durante o cerco.

⁴² Em todo o Poema não há qualquer referência à ajuda dos cruzados nas duas tentativas fracassadas da conquista de Alcácer, no tempo de Afonso Henriques, nem à conquista da Vila feita por este rei com um exército só de portugueses em 1158. No entanto, refere a conquista de Lisboa. Cf., mais adiante: 3.2. *A data da conquista de Alcácer.*

⁴³ Godofredo, p. 386 escreve: «Post festum omnium sanctorum».

O Sumo Pontífice lembra-lhes que partir para a Terra Santa era cumprir a essência do seu voto. Em resposta a este conselho, os cruzados partem para a Palestina na Primavera seguinte (1218).

2.3. - Estratégia militar e armamento

O castelo de Alcácer sobressai em todo o poema, como o elemento de defesa por excelência. Com uma situação geográfica privilegiada, no alto de um monte como, de um modo geral, todos os castelos medievais, este emerge como a chave, como o baluarte principal de defesa, como uma máquina de guerra eficaz no coração do qual se abrigavam os muçulmanos, atacando com eficácia os cristãos.

Alcácer do Sal, “com uma área intra-muros de 6 ou 7 ha e 2 000 a 2 500 habitantes”⁴⁴, era considerada quase inexpugnável por ser uma praça bem guarnecida de víveres e de gentes, para além do seu forte sistema amuralhado e das suas torres de vigia.

O castelo tinha duas portas: a Nova, virada a Norte e a Porta de Ferro, abrindo a Este. Defendia-o um grande perímetro de muralhas que alguns autores referem ser de três panos. Uma cintura de fossos e muitas torres de grande altura. Torres, na sua maioria em taipa sendo outras, mais antigas, de pedra. Ainda hoje existe uma torre avançada semelhante à Torre do Castelo de Badajoz⁴⁵. Gosuíno diz-nos na descrição do cerco que “o local, está cercado de uma paliçada, os fossos são profundos / De muro duplo e com inúmeras torres”.

A tática dos sitiadores consistiu no seguinte: assentar arraiais, junto aos muros do castelo, ficando os mouros, impedidos de sair; encher de fossos com lenha (oliveira e figueira), para que pudessem dar-lhes passagem; abrir minas; construir trincheiras; erguer máquinas de guerra, para derrubar as muralhas.

As armas que nos surgem com mais frequência são dardos, setas e arcos, espadas e lanças, para já não falar das pedras, vigas e fogo que caem sobre os sitiadores. O poeta fala também de tormentos, ou seja máquinas de guerra, para derrubar os muros e torres de madeira.

Em todo o poema perpassa a importância da cavalaria. Os cavalos estão presentes até pela preocupação do seu pequeno número no lado cristão. Apenas 300. Este valor cresce na batalha campal quando no momento decisivo 500 cavaleiros se vêm juntar aos portugueses. A cavalaria era, nesta época um instrumento de combate da maior importância, pela rapidez de deslocação que possibilitava aos combatentes, assim como pelo poder de impacto que tinha no confronto com as hostes inimigas. Na batalha, travada junto a Alcácer, foi determinante a carga da cavalaria lançada a galope contra o inimigo. Este ficou tomado de pavor, dando-se, na luta corpo-a-corpo que se seguiu à carga da cavalaria, a maior das confusões.

Não aparece no poema referência clara a elmos e armaduras. Quanto a escudos, muito necessários para a defesa, no poema há apenas um verso de cujo sentido se pode inferir a sua importância e valor. Pois, em dado momento, sendo os cavaleiros obrigados a recuar, desguarnecem o peito, para com os escudos protegerem as costas.⁴⁶

⁴⁴ Cláudio Torres, «Garb-Al-Andaluz» in *História de Portugal*, Ed. Circ. Leitores, 1992, vol. I, p. 397.

⁴⁵ João Carlos «O Castelo de Alcácer do Sal», *Voz do Sado*, Set/Out 93, p. 10.

⁴⁶ Gosuini de *expugnatione Salaciae carmen*: “Noster eques cedit, sua nudat pectora, munit / Dorsum ...”

Ao longo de toda a descrição deste acontecimento bélico, o poeta descreve com grande realismo os sentimentos de medo, a força e a coragem dos guerreiros, o sangue, os golpes, os gritos dos feridos, mas sobretudo a morte. Transcrevemos, apenas algumas passagens:

“Há sangue derramado e de ambos os / lados bebem o amargor da morte”; “o clamor ergue-se até aos astros”; “corre o sangue”; “obscrecem-se-lhes os olhos e os corações tomam-se de pavor”.

Morre-se: por causa do choque da cavalaria, esmagado pelas patas dos cavalos, atingido por dardos, com o coração trespassado por lanças; degolado, “passado à espada”, esvaído em sangue, afogado no rio.

2.4. Outras descrições

Logo na primeira parte, o poeta descreve, com grande beleza e dramatismo, a tempestade que se abate sobre a armada dos cruzados, fazendo-nos lembrar outras descritas em poemas épicos como a *Ilíada*, a *Odisseia*, a *Eneida* e, mais tarde, a dos *Lusíadas*. A tempestade é um episódio recorrente neste tipo de poesia. O poeta insere-nos visualmente no meio da tormenta, sem descuidar o emprego de termos náuticos como: amarra, âncora, popa, quilha, proa, remos, etc. Paremos, para escutar o seu cântico:

"Eolo enfurece-se e arma os ventos contra a armada / (...)

Rota a amarra, a âncora já não segura os barcos;

E a âncora, arremessada para longe, varre o solo.

Um barco é atirado para os rochedos, outro parte-se

Contra a terra; este volta-se, aquele é inundado de água./ (...)

Na verdade, um barco chora a popa despedaçada, outro a quilha.

Este lamenta a proa, aquele os remos.

A tempestade acalma, os tripulantes param; este cessa o esforço.

Uns e outros recolhem os membros naufragados do barco despedaçado.

Poderíamos esperar que um estrangeiro descrevesse, com algum pormenor as nossas costas, as suas impressões ao avistar Lisboa. Mas não. Refere a foz do "aurífero Tejo" que é um epíteto tradicional, tal como em vez de se referir a Lisboa dirá "o porto que tem o nome de Ulisses", sendo nos dois casos expressões repetidas pelos clássicos. Há, no entanto um pormenor humano, interessante, nesta descrição da chegada a Lisboa. O poeta enfatiza o acolhimento gentil e hospitaleiro, bem como os presentes que os cruzados recebem à chegada ao porto. Eis os versos:

O porto que tem o nome de Ulisses recebe-a; (...)

São recebidos com gentileza e hospitalidade.

O comandante comparece e presenteia todo os peregrinos;

De Alcácer do Sal ou Qars Abu Danis, como era conhecida entre os Muçulmanos, muito poucos dados nos fornece o autor. De toda a descrição, emerge o castelo, isolado, mas com uma enorme força, personificando o centro da luta dos cristãos contra os mouros. Aqui e além, surge um ou outro aspecto, como vimos atrás, mais do foro da descrição militar.

Perante a derrota e a rendição dos mouros, quando se esperaria, enfim, poder ter a descrição do que havia por detrás da muralha do castelo: as gentes, as casas, as ruas, Gosuíno, apenas diz: "Alcácer entrega-se e todas as portas se abrem aos nossos / Entregam aos cruzados todos os inimigos e as suas coisas / E distribuem partes iguais a cada um." E, adiante, acrescenta: "Alcácer é entregue a nós, ou antes, a Deus (...) as espadas, as terras e os campos são entregues aos soldados".

O poeta, na distribuição do saque, destaca as espadas, atendendo à fama



Apocalipse de Lorvão

da arte de trabalhar os metais, característica dos muçulmanos, de cujo saber técnico para além da memória, permanece na Península, por exemplo em Toledo.

Do arrabalde de Alcácer, surge-nos uma nota curiosa, que levará ao primeiro incidente de guerra. Pois, à chegada, saindo os cruzados para colher uvas, são atacados pelos inimigos. Apesar de na Idade Média este cultivo estar bastante difundido, é lógico, que o fascínio das uvas alentejanas, valesse bem os riscos que os homens do Norte correram, para as poder saborear!

Para além das videiras, surgem-nos no poema referência à oliveira e à figueira, árvores tipicamente mediterrânicas. Aparecem, não por causa do seu fruto, mas pela lenha que fornecem para encher os fossos do castelo, o que vem comprovar a ausência de bosque nas imediações. São estes os únicos elementos que o poema nos fornece, relativamente à história rural de Alcácer do Sal, no tempo da reconquista.

No poema não há uma única descrição física de qualquer homem, envolvido neste cerco, nem sequer, a que o monge Godofredo faz, a propósito do Comendador de Palmela da Ordem de Santiago: "pequeno de corpo, mas com ânimo de leão"⁴⁷ O exército celeste aparece envergando as vestes dos cruzados, mas na descrição há só roupagem, quase sem corpo, referindo-se apenas a uma parte: "no seu peito sinais róseos da cruz".

⁴⁷ «Comendator Palmele, parvus corpore, corde leo» cit. Herculano, *ob.cit.* vol. II, p. 266. Doc. original: *Godofredi Monachi Annales em Freiherr, Rerum Germanicarum Scriptores*, I, 284-285 de ed. Francforte, 1600.

3. Aspectos Problemáticos

3.1. A ausência do Rei

As fontes da época, ligadas maioritariamente aos cruzados nada dizem sobre a ausência do Rei, uma vez que querem exaltar neste feito os cruzados como principais protagonistas. É uma luta contra os inimigos da fé, uma guerra sagrada à maneira da que se vem travando na Terra Santa. Não é, por isso, de estranhar a carta ao Papa, pedindo a permanência dos cruzados para a continuidade da luta peninsular, até à vitória final dos cristãos frente aos muçulmanos.

O Rei D. Afonso II, não se envolve neste episódio guerreiro, o mais importante do seu reinado. Encontra-se em Coimbra⁴⁸ a tratar, certamente, dos problemas do Reino, pois foi um pioneiro da organização administrativa em toda a cristandade. Se ao génio conquistador de Afonso Henriques se deve o começo de Portugal como reino independente, ao seu neto, Afonso II, cabe a não menos hercúlea tarefa de o organizar. Verifica-se ser de 1217, ano da conquista de Alcácer, a elaboração do 1.º registo oficial dos diplomas régios⁴⁹, o que indicia claramente quais eram as prioridades do monarca. Este feito aparece mais ligado a membros da Igreja, Cruzados e Ordens Militares, sendo curioso verificar que os estrangeiros desconheciam quem era o Rei de Portugal, na época⁵⁰.

Na Crónica de 1419, cujas versões existentes são conhecidas por Crónicas dos Sete Primeiros Reis de Portugal e Crónica de Cinco Reis de Portugal, antes de narrar a conquista de Alcácer diz-se a propósito de D. Afonso II:

«nom achamos de seu Reynado cousas que de comtar sejam, saluo (...) que este Rey ganhou Alcaçer aos Mourros. E nom diz majs, nem aquelo em que jaz a estorja como foy tomado, e per que gujsa, não o nomea, nem faz delo mençom».

Rui de Pina, na Crónica de El-Rei D. Afonso II, justifica a ausência do monarca dos arraiais do cerco de Alcácer com duas possíveis razões: ou doença ou impedimento por alguma causa urgente. Dá grande ênfase à ideia, de que, apesar de não estar presente, um empreendimento desta envergadura, só poderia fazer-se com o consentimento do Rei. Toda esta cautela tem a ver com o conceito de guerra na época, que via no rei, o guerreiro por excelência.

Frei António Brandão refere que D. Afonso II não tomou parte na conquista de Alcácer do Sal porque «então estaua em Coimbra impedido com enfermidade»⁵¹.

É interessante verificar que uma gravura, existente actualmente no Museu Militar, põe o Rei Afonso II, avançando, em primeiro plano, à frente de toda a cavalaria, montado num portentoso cavalo, virado para o numeroso exército de pé, que se estende a perder de vista, sobressaindo nas vestes e nas bandeiras a cruz de Cristo. No chão, de joelhos, com as mãos atadas atrás das costas, os chefes mouros, prisioneiros. Um único está de pé, olhando o Rei de Portugal.



Gravura existente no Arquivo Histórico Militar e reproduzida de "Afonso II, o Gordo", de José Mattoso, in História de Portugal, ed. Alfa, 1983, vol. 2, p.115

⁴⁸ conf. J. Alves Dias, *ob. cit.* p.43.

⁴⁹ conf. Luís Krus, « Afonso II» *Dic. Ilust. da História de Portugal*, Vol. I, p. 23/24.

⁵⁰ «Contra quam pugnauerunt templarii et spatharii cum militia reginae portugalensis» in Olivério, *História Damiatina*, cit por Herculano, *ob.cit.* p.266

⁵¹ A. Brandão, *Monarquia Lusitana*, IV parte, f.º.90-a, 1. 22-23.

Talvez o Alcaide, prestes a converter-se. Como pano de fundo, ergue-se, como testemunha imóvel, o castelo de Alcácer do Sal. É uma visão nacionalista que não aceita a ausência do Rei no mais importante feito militar do seu reinado.

Herculano, na sua História de Portugal, desmitifica o assunto, pondo em causa a justificação de doença dada pelos cronistas para ausência do Rei dos campos de batalha, uma vez que nada nas fontes pode levar a essa conclusão, já que D. Afonso II aparece, muito envolvido, por essa época, na administração do reino, como podemos comprovar no estudo dos seus itinerários⁵².

Em conclusão, o monarca não esteve presente na tomada de Alcácer. Combateria em outra frente, revelando um sentido político precoce, rodeado de uma boa equipa de juristas, cuidaria, atentamente, dos negócios do Reino, defendendo os seus próprios interesses e os do povo, contra as prepotências e abusos dos privilegiados.

⁵² Conf. João Alves Dias, *ob.cit.* pp.27-29.

3. Aspectos Problemáticos

3.2. A data da conquista definitiva de Alcácer

18 de Outubro, dia de S. Lucas, de 1217 é a data mais divulgada para a rendição do castelo de Alcácer e a que considero correcta. É referida por Rui de Pina, Duarte Nunes de Leão, Frei António Brandão, Alexandre Herculano e José Mattoso, entre outros sem que sejam referidas as fontes em que se apoiaram. Se atendermos aos versos de Gosuíno, cuja tradução se transcreve ao lado⁵³, tudo aponta para esta data. Este poeta relaciona a tomada de Alcácer com a de Lisboa⁵⁴ que fora conquistada três dias depois da festa de S. Lucas ou seja 21 de Outubro de 1147. Todos os que apontam o dia 21 para a conquista de Alcácer como D. Rodrigo da Cunha, Gonzaga de Azevedo e Saavedra Machado confundem-na com a de Lisboa, no texto latino⁵⁵.

Nouit Vlixboniam lux tertia post sacra Luce

Festa Iesu Christi subdere colla iugo.

Post annos septem decies, binosque sub ipsa

Luce datur nobis alcaser, immo deo.

Post triluam castris dux tingitur amne lauacri

Militibus gladii, terraque, rusque datur⁵⁶.

A dificuldade da tradução deste poema medieval poder-se-á explicar em parte, por uma certa subversão das regras gramaticais do latim clássico, mas sobretudo pelas liberdades que aos poetas são concedidas. Por outro lado, todo o poema possui uma linguagem cifrada, com números de grande carga simbólica, como é o caso, nestes versos, do número três e do número setenta e dois. Parecendo-nos que para o poeta a simbologia era tão ou mais importante do que a realidade dos factos, na demonstração pretendida de que todos os acontecimentos faziam parte de um plano providencial.

Quanto ao ano da conquista leiam-se dois passos do Carmen de Gosuíno:

·o primeiro⁵⁷ dá o ano de 1217 para a viagem dos cruzados. Pelo desenrolar dos acontecimentos, que duram apenas alguns meses, é lógico que o ano da vitória seja o mesmo em que chegaram;

·o segundo passo⁵⁸, indica 1219, se traduzirmos à letra os versos, pois se a 1147, data da conquista de Lisboa, somarmos 72, obter-se-á 1219.

Atendendo à aparente contradição dos dois passos da narração de Gosuíno recorreu-se à comparação com outras fontes coevas que em seguida são destacadas:

- Carta dos Bispos e dos Mestres das Ordens Militares, envolvidas na vitória de Alcácer, para o Papa Honório III⁵⁹, datada de Outubro (?) de 1217, descrevendo-lhe o feito e pedindo-lhe: autorização para os cruzados permanecerem mais tempo na Península, para ajudarem os cristãos, a expulsar os muçulmanos; a concessão das indulgências da Terra Santa para esta guerra; permissão para a entrega da vigésima parte dos rendimentos do clero para a continuidade da guerra e a atribuição das indulgências aos que se viam

⁵³ Depois de ter consultado sobre este passo do Professor Doutor Aires do Nascimento, propõe-se como tradução: "A luz terceira depois da festividade de Lucas (21 de Outubro) conhece que Lisboa sujeita a sua cerviz ao jugo de Jesus Cristo". "No mesmo dia de S. Lucas (18 de Outubro), setenta e dois anos depois é-nos dado Alcácer, mais que a nós, a Deus. Três dias depois o alcaide do castelo é banhado pelas águas da purificação; aos Cavaleiros da Espada (Santiago da Espada) é dada a terra e os arrabaldes". Concluo, por isso, ser 18 de Outubro a data da conquista definitiva de Alcácer.

⁵⁴ Parece interessante verificar a ligação que o poeta Gosuíno faz entre as conquistas de Lisboa e de Alcácer, tendo em ambas sido significativa a ajuda dos cruzados.

⁵⁵ Gonzaga de Azevedo, *História de Portugal*, vol. V, p.96 afirma "Tanto António Brandão, como Herculano, dizem que a rendição de Alcácer foi a 18 de Outubro; mas os versos de Gosuíno afirmam claramente, que foi três dias depois". Saavedra Machado «Os Ingleses em Portugal», *Biblos*, vol.XV, tomo II, p.421, é também de opinião que a data é 21 de Outubro, referindo contudo que Rui de Pina, Acenheiro e Herculano afirmam ter sido 18 de Outubro. D. Rodrigo da Cunha, ver nota seguinte.

⁵⁶ D. Rodrigo da Cunha, *Hist. Eclesiástica da Igreja de Lisboa*, pt. II, cap. 25, folha 118. Traduz da seguinte forma: "o terceiro dia sabe muito bem como nele próprio se entregou Lisboa ao jugo de Cristo. No mesmo dia setenta e dois anos depois, se nos entregou, antes a Cristo, a vila de Alcácer. Quer dizer, que assim como Lisboa fora ganhada aos mouros em 21 de Outubro, assim setenta e dois anos mais adiante, no de 1219 lhe fora ganhada a vila de Alcácer do Sal." O autor justifica a tradução que fez, o que permite entender que tenha laborado num equívoco: "Não se dera tão facilmente no verdadeiro sentido dos versos referidos, se os deixarmos ficar no intolerável barbarismo em que os achou, e deixou o cronista Frei António (...) e senão tem quem os ler reduzi-los a leis de gramática, não perturbando as da poesia, e verá como lhe fica impossível. Todavia emendando a palavra luce como nós a emendamos (lucae) e fazendo, não ablativo de lux, mas genitivo de Lucas correrá logo a construção, e ficará o dia 21 de Outubro, 3 dias depois de 18 em que se celebra a festa do glorioso S. Lucas".

⁵⁷ *Gosuini de expugnatione Salaciae carmen*: "Vota peregrinos (...) / Annos in Christum cum uolis mille ducentos / Denos cum septem (...)"

⁵⁸ *Gosuini de expugnatione Salaciae carmen*: "(...) annos septem decies, binosque (...)"

⁵⁹ O texto em latim, desta correspondência trocada com o Papa, encontra-se publicado na *Monumenta Henricina*, vol.I, pp.45-54.

obrigados a regressar à Pátria, por doença, pobreza ou excessiva demora.

- Carta de Guilherme, Conde Holandês datada de Outubro (?) de 1217, para o Papa Honório III, referindo-lhe como os cruzados tomaram aquela praça, aprisionaram 2000 mouros, entre os quais o Alcaide do Castelo que com mais cem dos cativos foi baptizado, pedindo permissão para os cruzados ficarem na Península Ibérica até derrotarem definitivamente os muçulmanos.

- A resposta do Papa ao alto clero português de Janeiro de 1218, a comunicar-lhes que não quer desviar os cruzados da Terra Santa, mas que enquanto permanecerem na Península, a combater os mouros, lhes concede plenária remissão dos pecados. Procura ainda persuadir os cristãos da Península, a que em função da sua alma ajudem com donativos ou com trabalho pessoal a reconstruir o castelo de Alcácer e a continuar a guerra com os mouros.

- Carta do Papa aos Bispos de Lisboa e Évora e ao Prior de Palmela, de 26 de Janeiro de 1218, para que dispensem da obrigação de seguir para a Terra Santa os cruzados pobres e os dos oito barcos desfeitos para obtenção de materiais para a construção de máquinas de guerra no assédio a Alcácer.

- Outros relatos que nos dão conta da partida dos cruzados para a Terra Santa na Primavera de 1218.

- A carta de foral, passada por D. Afonso II em Coimbra no mês de Agosto de 1218.

Assim, pode concluir-se que:

- o ano da conquista definitiva de Alcácer terá sido o de 1217;
- o mês, o de Outubro;
- o dia 18, uma quarta-feira.

3. Aspectos Problemáticos

3.3. Os Cronistas portugueses e o feito de Alcácer

Como se evidencia ao longo deste trabalho, as fontes da época são estrangeiras, ligadas à preocupação de fazer memória dos ideais e feitos dos cruzados.

Só duzentos anos mais tarde os cronistas portugueses, a começar pela Crónica de 1419, atribuída a Fernão Lopes e também Rui de Pina, Duarte Nunes de Leão, Frei António Brandão, Cristóvão de Acenheiro,⁶⁰ etc, aparecem a tratar este episódio da história nacional, seguindo, normalmente de perto as fontes estrangeiras, sobretudo Gosuíno, mas acrescentando um ou outro facto ou pormenor.

Pode deduzir-se, pela leitura do relato do reinado de D. Afonso II na Crónica de 1419, que o autor segue praticamente a narrativa do poema de Gosuíno no respeitante ao feito cruzadístico da conquista de Alcácer do Sal. No entanto, apresenta diferenças:

- acrescenta um pormenor talvez colhido em algum documento hoje desconhecido que nem Gosuíno, nem nenhuma outra fonte da época referem - que a frota de 32 navios de cruzados que vêm ajudar os portugueses num momento crucial do cerco, partiu de Tajeito⁶¹, trazendo bandeira com sinais de S. Martinho e sendo comandada por Henrique de Neuss;

- localiza a tempestade e o naufrágio dos cruzados nas costas algarvias. Aliás, assim o farão Rui de Pina, que segue de muito perto o texto da Crónica de 1419, Duarte Nunes de Leão, Cristóvão de Acenheiro, etc. Se o autor da Crónica de 1419 seguiu Gosuíno, ao ler "Farrom" deve ter confundido o farol da Corunha com Santa Maria de Faro. É esta a descrição:

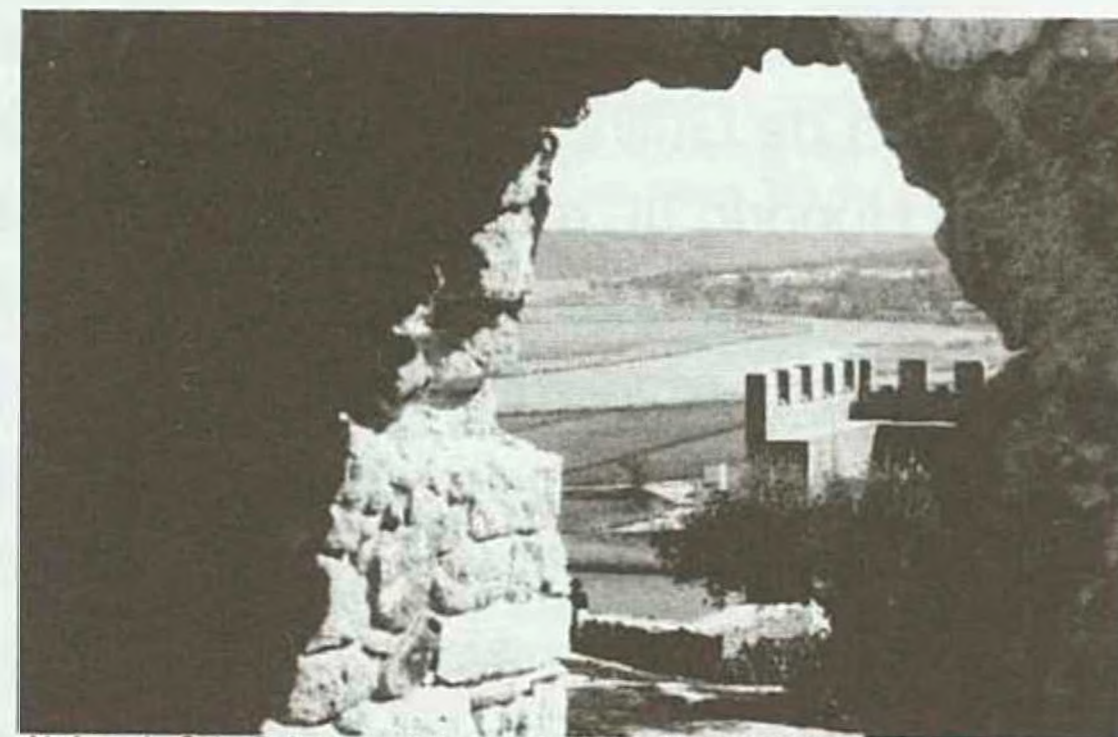
«Foy o vento tanto e tão grande tormenta, que fez perder algumas das naos, e as outras corerom com ele ao Cabo de Sam Vicemte, ataa hum lugar que chamom Farrom. A qual vila e toda outra terra e comarqua era ajnda estomções de Mourros. E eles em aquele porto, mudouse o tempo muy em contrayro.

Vendo que não estauo aly bem segurros, e deshy por coregimento dalgumas naos e cousas que lhe compriom, alçarrom suas velas, pera se yrem a Lixboa.»⁶²

Parece-nos ser de ponderar, pelo enquadramento possível nos quadros mentais desta época em Portugal, a relação existente entre as relíquias de S. Vicente que, vindas do Algarve, aportaram a Lisboa, tal como os cruzados aí chegaram depois de grandes tormentas e perigos.

Poder-se-á pôr a hipótese de, com alguma subtileza, mais do que por ignorância geográfica, os cronistas portugueses terem procurado exaltar o mártir S. Vicente, cujas relíquias permaneciam em Portugal, em detrimento das do Apóstolo Santiago, existentes na Galiza.

A Crónica de 1419 refere o Bispo de Lisboa, sem registar o seu nome. Rui



Alcácer do Sal - Paisagem vista através das ruínas da muralha

⁶⁰ Os cronistas portugueses que se ocuparam da conquista de Alcácer são os que adiante se indicam e que de um modo geral, foram analisados e comparados por mim, embora o enfoque principal, para além do *Gosuíni Carmen* e a outras fontes do séc. XIII, tenha sido a narração do reinado de Afonso II da *Crónica de 1419* atribuída a Fernão Lopes in *Crónicas dos Sete Primeiros Reis de Portugal*, pp.180-197, por apresentar alguns aspectos originais e a *Chronica de D. Afonso II* de Rui de Pina, cap. IV-VIII, por ser quase a transcrição da anterior, Duarte Nunes de Leão, *Chronica de Dom Afonso o segundo*, t.120-122, semelhante ao relato de Rui de Pina, embora mais reduzido.; Frei António Brandão, Parte IV da *Monarquia Lusitana* que publica o Poema de Gosuíno e escreve também uma *Crónica de Afonso II*, Rodrigo da Cunha, *História Eclesiástica da Igreja em Portugal*, parte II, cap. 25, levanta alguns problemas interessantes como dos erros de cópia, da tradução e datação da tomada de Alcácer.

⁶¹ Ver nota n.º 35.

⁶² *Crónica de 1419* in *Crónicas dos Sete Primeiros Reis de Portugal*, p.185.

de Pina chama-lhe D. Mateus em vez de D. Soeiro. "Ho bispo que entam era de Lisboa chamado Dom Matheus"⁶³. Assim o repetirão depois todos os cronistas atrás mencionados e o próprio Luis de Camões, quando no canto VIII, 23 e 24, escreve:

«Mas olha um Eclesiástico guerreiro,
(...) Já a vila de Alcacere se humilha
Sem lhe valer defesa ou muro de aço,
A Dom Mateus, o Bispo de Lisboa»⁶⁴

Se atendermos às sete figuras ou letras que Gosuíno afirma constituírem o nome do bispo, Matheus tem realmente sete, só que não aparecem o S. e V. repetidos. O bispo de Lisboa foi realmente D. Soeiro Viegas, grande negociador e hábil diplomata, tendo tratado na Cúria Pontifícia da questão entre D. Afonso II e as suas irmãs, pouco tempo antes de se darem estes acontecimentos.

·Na referida Crónica de 1419 apenas se diz "este Rey ganhou Alcácer aos Mourros". Rui de Pina justifica a ausência de Afonso II dos arraiais do cerco de Alcácer, por falta de saúde, ou pela necessidade de tratar qualquer tarefa urgente⁶⁵. Em seu entender estas seriam as únicas razões que poderiam explicar a não comparência do monarca a chefiar o exército.

·O autor da referida crónica de 1419 refere Sítimos⁶⁶, a uma légua de Alcácer, como o lugar em que os mouros, que vinham ajudar os sitiados, acamparam, sendo esta ideia depois repetida por Rui de Pina e os outros cronistas.

·Da destruição de um navio português, com duzentos homens, pela armada muçulmana, que demandava a zona de Setúbal, na tentativa de ajudar os mouros, nos fala a Crónica de 1419. Gosuíno faz referência a esta armada, dizendo apenas, que foi destruída por um forte temporal. Eis o relato do cronista: «as suas gales, que jaziom na amgra do ryo (...) as quaees, pouquo avya ajinda, que tomaram huma nao de Portugal, em que yom CC homens.» . O que é praticamente repetido por Rui de Pina: «has suas gualés, que tinham jáa tomada huma nao de Portugal com duzentos homens, e jazia na entrada do Porto de Setuvel» .

Se a memória da conquista definitiva de Alcácer nos é deixada sobretudo por escritos de estrangeiros, pode justificar-se pelos protagonistas envolvidos serem, na sua maioria, cruzados europeus ou membros da Igreja e pela ausência do Rei, bem como de grande parte da nobreza portuguesa. Se exceptuarmos a batalha campal, todo este episódio da conquista de Alcácer, aparece-nos muito mais como internacional, do que português.

⁶³ Rui de Pina, «Crónica de D. Afonso II», *Crónicas*, Porto, Lello & Irmão, Editores, 1977, p.92

⁶⁴ Luis de Camões, *Os Lusíadas*, Porto, Porto Editora, 4ªed., s.d., pp.254-255.

⁶⁵ Rui de Pina, *ob.cit.*, p:93 :-E nom se acha que EIRey Dom Affonso, que entam Reynava em Portugal, fosse neste exercito em pessoa no qual tempo parece que elle deveria ser doente, ou empedido por alguma outra urgente causa, (...) e averia por bem,e mandaria que se fizesse prestes, como se fez, ca nom hee de crer, que tamanho feyto sem seu mandado, e autoridade se comettesse»

⁶⁶ Ver nota 36.

Conclusão

Ao finalizar este estudo sobre a conquista definitiva de Alcácer do Sal, considero importante salientar que:

- todo o poema tem por objectivo fazer memória de um feito essencialmente cruzadístico, referindo preferencialmente os cruzados europeus, o alto clero português, os membros mais destacados das ordens religiosas e militares;
- o rei não está presente neste acontecimento bélico, embora, certamente, o tenha autorizado. Assim, quer o monarca, quer a nobreza portuguesa, praticamente não aparecem no relato, bem como a peonagem e a cavalaria vilã;
- visão belicista, sendo todos os intervenientes homens de armas. O poeta não revela qualquer sensibilidade em relação ao destino das populações vencidas. Tudo se passa como se na vila conquistada houvesse apenas guerreiros;
- a data da conquista é uma quarta-feira, 18 de Outubro de 1217.
- o autor recorre a uma linguagem simbólica, apenas intuível na sua totalidade por pessoas com o mesmo tipo de cultura, fortemente marcada pelo pensamento cristão próprio das ordens religiosas e militares; também denota um profundo conhecimento da literatura clássica.

o poeta chama-se Gosuíno e ofereceu o seu cântico ao Bispo de Lisboa D. Soeiro;

- ocorreram ao longo desta pesquisa várias hipóteses, cuja verificação completa nem sempre foi possível obter, nomeadamente, se o original do manuscrito esteve inicialmente em Santa Cruz de Coimbra, de onde poderá ter saído a cópia de Alcobaça e ainda a problemática acerca da identidade do autor, embora se pense ser bem fundamentada a argumentação de Frei Fortunato de S. Boaventura⁶⁷.

Este trabalho, em termos de história de mentalidades, revelou-se um desafio na medida em que comprova estar longe de esgotada e esclarecida toda a problemática associada à conquista de Alcácer do Sal, no contexto da memória deste feito, dentro e fora de Portugal.

Fontes e Bibliografia

Fontes

BRANDÃO, Frei António - *Monarquia Lusitana*, Parte quarta, Int. de A. da Silva Rego, Notas de A. Dias Farinha e Eduardo dos Santos, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1974.
Idem, *Crónicas de D. Sancho I e D. Afonso II*, Dir. Dr. Magalhães Basto, Liv. Civilização, Porto, 1945.

CAMÕES, Luis de, *Os Lusíadas*, edição organizada por Emanuel Paulo Ramos, Porto, 4ª. Edição, Porto Editora, Lda., s.d..
Crónica de Cinco Reis de Portugal, dir. Dr. Magalhães Basto, Porto, Liv. Civilização, 1945.
Crónica Geral de Espanha de 1344, edição crítica de Luís Filipe Lindley Cintra, Vol. I, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1951.
Crónicas dos Sete Primeiros Reis de Portugal, edição de Carlos da Silva Tarouca, Vol. I, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1952.

CUNHA, D. Rodrigo, *História Eclesiástica da Igreja de Lisboa*, Lisboa, 1642.
«De Expugnatione Scalabis», tradução do latim de J. Barata, *Fastos de Santarém*, I, Coimbra, 1947.
Fontes Medievais da História de Portugal, Selecção, Prefácio e notas de Alfredo Pimenta, vol. I, Lisboa, 2ª.ed, Livraria Sá da Costa, 1982.

LEÃO, Duarte Nunes, «Chronica del Rei Dom Afonso o II», in *Crónicas dos Reis de Portugal*, Porto, Lello & Irmão - Editores, 1975, pp. 117-144.
Monumenta Henricina, Vol. I, Documentos n.º 26, 27, 28 e 29, Coimbra, Comissão Executiva do V Centenário do Infante D. Henrique, 1960.0
«Narratio de Itinere Navali Peregrinorum Hierosolymam Tendentium et Silviam Capientum, A. D. 1189», ed. por Charles Wendell David, in *Proceedings of the American Philosophical Society*, Philadelphia, vol. 81, 1939, n.º 5, pp. 591-678.

PINA, Rui de, «Crónica de D. Afonso II» in *Crónicas*, Porto, Lello & Irmão - Editores, 1977, pp. 83-115.
Poema del Cid, Versión métrica y prólogo de Francisco López Estrada, Madrid, duodécima edition, ed. Castalia, 1981.
Poema de mio Cid, edición de Colin Smith, Madrid, sexta edición, Ed. Cátedra, S.A. 1980.
Portugaliae Monumenta Historica a saeculo octavo post christum usque ad quintumdecimum, *Scriptores*, vol. I, Lisboa, Academia Real das Ciências, 1856, pp.101-104.

2. Estudos e obras de consulta

ALMEIDA, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, nova edição, preparada e dirigida por Damião Peres, vol. I, Porto, Portucalense Editora, 1967.

AZEVEDO, Luis Gonzaga, *História de Portugal*, vol. V, Lisboa, 8Bíblion, 1942.

CONNERTON, Paul, *Como as sociedades recordam*, Oeiras, Celta Editora, 1993.

CHEVALIER, Jean, e GHEERBRANT, Alain, *Dicionário dos Símbolos*, ed. francesa, Paris, 1982, ed. Portuguesa, Lisboa, ed. Teorema, s.d..

DAVID, Pierre, «Le Missel de Mateus», separata da Revista *Biblos*, vol. XX, Coimbra, 1945.
Idem *Études historiques sur la Galice et le Portugal*, Paris, 1947.

DIAS, João Alves, «Itinerário de D. Afonso II (1211-1223)», *Estudos Medievais*, n.º 7, pp. 29-47, Porto, 1986.

DUBY, Georges, *Le dimanche de Bouvines, 27 Juillet 1214*, ed. Gallimard, 1973.
Idem *Histoire de la France des origines a 1348*, ed Larousse, Paris, 1970.

ERDMANN, Carl, *A Ideia de Cruzada em Portugal*, Coimbra, Instituto Alemão, 1940.

FABIÃO, Carlos, «O Passado Proto-Histórico e Romano», in *História de Portugal*, direcção de José Mattoso, Lisboa, ed. Círculo de Leitores, 1992, Vol. I, pp.77-299.

HERCULANO, Alexandre, *História de Portugal desde o começo da monarquia até ao reinado de Afonso III*, com prefácio e notas de José Mattoso, 1.º e 2.º vol., Lisboa, 1980.

KRUS, Luis «Ordens Religiosas Militares» e «D. Afonso II» in *Dicionário Ilustrado de História de Portugal*, Lisboa, ed. Alfa, 1982, Vol. I, p.128.
Idem *Passado, memória e poder na sociedade medieval portuguesa*, Estudos, Redondo, 1994.

MACHADO, L. Saavedra, «Os Ingleses em Portugal», in *Biblos*, Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Vol. XIII, 1937, pp.168-183; Vol.XIV, 1938, p.248-264; Vol. XV, 1939, pp.413-428.

MARQUES, A. H. de Oliveira, *História de Portugal*, Vol. I, Lisboa, Ed. Ágora, 1972.

MACÍAS, Santiago, «Resenha dos Factos políticos», in *História de Portugal*, dir. de José Mattoso, Vol. I, Lisboa, 1992, p. 417-432.

MATTOSO, José, «1096-1325» in *História de Portugal*, dir. de José Mattoso, Vol. II, Lisboa, ed. Círculo de Leitores, 1993, p. 11-309l.

Idem *A nobreza Medieval Portuguesa nos séculos XI e XII*, Lisboa, ed. Estampa, 1981.

Idem *Identificação de um País. Ensaio sobre as origens de Portugal 1096-1325*, Vol. I - *Oposição*, Lisboa, ed. Estampa. 1985.

Idem *História de Portugal*, dirigida por José Hermano Saraiva, Lisboa, Vol.II, pp.3-225.

Idem *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros*, Lisboa, 2ª. ed., Guimarães Ed., 1985.

METFORD, J.C.J., *Dictionary of Cristian Lore and Legend*, Thames and Hudson, Londres, 1883?

OLIVEIRA, P. Miguel de, *História da Igreja*, Lisboa, 2ª. ed., União Gráfica, 1942.

PERES, Damião, *História de Portugal*, Vol. II., Barcelos, Portucalense Edit., 1939.

TORRES, Cláudio, «O Garb-Al-Andaluz» in *História de Portugal*, dir. de José Mattoso, ed. Círculo de Leitores, Lisboa, Vol.I, 1992, p. 363-413.

GOSUINI DE EXPUGNATIONE SALACIAE CARMEN.

Quomodo capta fuit alcaser
a francis.

Signicies mentis bona corporis ocia carpunt,
Et citius molu qui caret amnis clet.
Culta nisi fuerint, uel tecta, uel arua, senescunt,
Fit neglecta suis spina nouerca rosis.
Quid mage? queque situ sordent, metuens mihi tale.
Sed tamen est sensus quid mihi quidue fuit.
Quod nuper cruce signalis euenerat, ecce
Te leuel: Hic fratris est amor, ille dei.
Inuenies septem, muneris si quasque figuras,
Ut te septeno munere pneuma beet.
Quid moror hic? pelo propositum, faueas mihi christe:
Contra fouens, tu me complue rere tuo.

Vota peregrinos cupientes soluere quosdam,
Diuersas horas qui tenere maris,
Annos in christum cum uoluis mille ducentos
Denos cum septem patria queque gemit:
Innumeris ratibus sulcarunt equora, faram
Venerunt plures, dampna tulere prius.
Hic mora lit, naues coeunt, iuratur in unum,
Dux legitur, statuit iura tenenda suis.
Aura datur, mare sulcatur quampluribus alnis,
Portugal ratibus terra uiuenda palet.
Portus transitur, irascitur eolus, armat
Euros in classem, deperit aura fauens.
Anchora nulla ratem retinet, quia restis in ista
rumpitur, Hic uerit anchora iacta eolum.
Hec ruit ad cautes, in humo colliditur illa,
Vertitur isto ratis, illa repletur aquis;
Et relique portum subeunt, sed non sine magno
Planctu, namque tulit aspera queque ratis.
Hec etenim puppim laceram gemit, illa carinam,
Itec nauis proram plangit, et illa ratem.
Cedit yemis, socios compiscans hic flet, opes hic,
Ille legens lacere naufraga membra ratis
Jam reparat uires classis, sua uulnera queuis
Curatur: resonant littora mille modis.

Lurus discedit, zephrus blanditur, et ire
Tanquam peniteat se, freta blanda parent.
E portu cedit classis, sed ibi lamen erent
Rupe due naues, naufragiumque ferunt.
Auriferi reliqua classis petit ostia lagi,
Hanc recipit portus nomen vlixsis habens.
Illam christicole letantur adesse, benigna
Aduena suscipitur, hospiciumque datur.
Presul adest patrie, peregrinos munerat, omnes
Conuocat, affatur, et pia uerba serit.
O fratres famuli christi crucis hostibus hostes,
Spretores mundi, martiriique decus,
Ut palet ad nostras dominus ues apulit horas,
Ut pereat nostrum uestra per arma jugum.
Est prope nos castrum super omnia castra nocuum
Christicolis, nomen alcaser illud habet.
Al, deus est, castrumque, caser, castrumque deorum
Fertur apud gentes, id uenerantur, amant.
Ihuc ad perniciem nostram sua munera mittunt.
Armaque, cum tempus mortis adesse putant;
Castrensescque suo regi dant colibet anno
Centum christicolos, soluimus ista quidem.
In quinis lustris hominum ter milia quina
Illi ceperunt, siue dedere neci.

Scribo, licet uili carmine, christe laue.
Scribo sed quare? tempus licet omno reuoluas.
Usque modo sterilis, et sine messe fui.
Sed mihi messis erit, scribendo quod ocia tollam,
Ne uicium carpant interiora bona.
Ergo scribo, faue qui trinus es et deus unus,
Ut tua christocolis pandere facta queam.
Ad tu queso faue, cui carmina nostra laborant.
Cui petre petri cimba regenda datur.
Ecce tuum nomen quinis habet esse figuris,
Ut quinosis sensus cum ratione regas.
Hi S. et V. gemines, ut amor geminus super astua
Hostis adest in equis, saluetur ut uua, sed ille
Cuspide transfixus, saluus abire nequit.
Nam moribundus equum, socios uitamque reliquit,
Castra petunt comites, primaque dampna gemunt.

Ille locus uallo cinctus, fossaque profunda
In muro duplici, turribus innumeris.
Armis multimodis domus hec munita, uirisque.
Magnanimos reddit, qui sua signa colunt.
Attamen a muris, postquam peruenimus illuc,
Tullus exte non potuere suis:
Nam iusta castrum tentoria ponimus, armis
Et munita uiris, tulaque classis erat.
Ficus, oliua cadunt, nobis properantibus iue
Ad murum, quod del fossa repleta uiam.
Fossa tumel lignis; in nos iurasse uidetur
Vulcanus, pereunt omnia ligna rogo.
Tormentum facimus murorum, saxa rotamus;
Sed muros ictus, niluo, parumue mouent.
Castrum uallamus armato milite, sanguis
Funditur utrinque, mortis amara bibunt.
Rumor adesse rates nostras clamans quatit urbes
Ispanas, in nos arma, uirosque mouent.
In nos conspirat ispania, dirigit in nos
Tres reges, nobis fama reuelat idem.
Inde motu quatimur; sed nos qui cuncta gubernat
Confortat, nobis dat quater octo rates.
Custodes dantur classi, nos aggere, iostu
Cingimur, excubias ponimus hic et ibi.

Ut nos extirpent equitum ter milia quina,
Et peditum ueniunt milia dena quater.
Ex nostris quidam bellum dissuadet, abire
Ammonet, hic quenquam soluere uota negat:
Non hanc, sed gentem nos debellare iubemur,
Que christi turbam, que loca sancta tenet.
Turba fauent, homines saluare uolens deus uiuere
Innuat antiqua signa, suosquo iuuat.
Crastina cum uisura dies pugnam foret, omnes
Conspicimus socios, et nunciamus equos.
Innumeri pedites, muniti uiribus, armis
Adsunt; sed centum uix ter habemus equos.
Ex inprouiso quingenti nocte sub ipsa,
Dante deo repetunt nos equites et equi.
Aurora est, equites tenuit quos spicula nostra
Paulum procedunt, hostica castra notant.
Tecta sub hoste latet tellus, ad sidera clamor
Tollitur, et clangor undique coram mouet.
Congressus sit; utrinque cruor fluit, en male nostris
Succedit, fugiunt, impius hostis adest.
Noster eques cedit, sua nudat pectora, munit
Dorsum, castra subit, et uenit hostis eo

Rex christus nobis dabit hic sua regna merenda.
 Hostes hos eius mente, terendo manu.
 Nouerit hoc anno uobis sacra terra petenda
 Nauibus, hoc etenim tempus et aura uelant.
 Vestros consulite nauas, quibus equoris arcli
 Estusque instantis temporis aura patet.
 Ergo aliquid facile, sathanas ne reperiat uos
 Ocia sectantes, que mala queque necant.
 Ocia uirtutes uiciant, et mentis honorem
 Carpunt et mores propositumque pium.
 Ergo crucis famuli sitis crucis hostibus hostes.
 Illic sit uestra manus officiosa deo.
 Alcaser ut pereat uobis sociemus, iterque
 Indigenis terra classibus unda dabit.
 Hec ad uerba phares in classe sit, improbat una
 Pars hec dicta, probat altera, cisma manet.
 Classis diuiditur in partes, marsiliam pars
 Hec properat, pars hec alcaser ire parat.
 Aura datur, mare sulcarnus proris, et adimus
 Alcaser, hic uuas carpimus, hostis adesf.

Et proli palma qua celebrata fuit.

Gaudemus, domino canimus, quod talia nobis
 Fecit, fama nouos inculit ecce melus.
 Ut nos confundant, confirmat adesse galyas
 Ter denas; petimus, nec reperimus eas.
 Qui celo, qui signa solo dederat modo, fluctus
 Turbat, et hostiles his pericere rates.

Obsessos iterum petimus; sed uiribus in nos
 Saxa, trabesque rotant desuper atque rogam.
 Ledimur, e muro discedimus, eminus arcu
 Infestamus eos, sanguine tela madent.
 Imbuitor populi tellus utriusque cruore,
 Inque uicem bibimus pocula dira necis.

Sic nil proficimus, ars uiribus additur, ergo
 Sub terras fodimus, murus ut ipse ruat.
 Clam fodimus, contra fodit hostis, nilitur ipse,
 Ut noster maneat irritus iste labor.
 Rixa sit in fouea, ferro, fumoque, rogoque
 Hic etiam sanguis fusus utrinque fluit.

Unde duas turres castri mage turribus altas
 Ponimus a muris non procul, immo prope.
 Utraque lignea sit, in castrum despicit, hostem
 Respicit, ut semper insidietur ei;
 In mediis castris ut spicula dirigit arcu,
 Ut sic castrensesc mors inopina petat.

Inde duo muri facimus tormenta; timorem
 Hec sicut turres hostibus incutiunt.
 Colloquium petit hostis, heret, timet, alkaser ergo
 Deditur: en nostris hostia queque patent.
 Quotquot erant hostes, et eorum res, peregrinis
 Cedunt, pars inde cuiilibet equa datur.

Scandit equos nocte qui uenerat hospes, ad astra
 Respicit, inplorat omnipotentis opem
 Astris lucidius, quod splendet in aere, signum
 Est crucis, id nostrum plurima turba uident.
 Mens redit hoc uiso nostris, en noster in hostes
 Seuil eques, sternit, effugat, immo necat.
 Agmen in auxilium nostris uenit ecce supernum
 Dante deo signum qui dedit ante crucis.
 Vestis ei splendens ut sol, ut nix noua candens.
 Suntque suo rosca pectore signa crucis.
 Hostis ut has acies nouit sua terga prementes
 Lumina caligant, et sua corda pauent.
 Hinc sit quod socius socium ledit, latus hasta
 Perforat huic, illi demetit ense caput:
 Sternitur hic, ille pedibus calcatur equorum,
 Hic hominum quidam precipitantur aquis.
 Quid magis? ex illis ter milia dena perisse
 Credimus, et reges tunc cecidisse duos
 Quod telis comitum cecidere, choriue superni
 Ipsorum cedis per loca nosse datur.
 Illorum stragem, quin terna dieta furentes
 Nostros uidisse, cum nisi prima datur.
 Contulit ista deus nobis in luce, iacincti

Nouit ulixboniam lux tertia post sacra luce
 Festa iesu christi subdere colla iugo.
 Post annos septem decies, binosque sub ipsa
 Luce datur nobis alcaser, immo deo.
 Post triduum castri dux tingitur amne lauacri
 Militibus gladii, terraque, rusque datur.

Unus, et hoc ipsum est iniuria magna, remansit
 Alcaser immunis, et nichil inde tulit.
 Primitus hic etenim peregrinos mouit, ut irent
 Alcaser, his et opes hic dedit, atque uiros.
 Et uires, et opes proprias hic in obsidione
 Castri consumpsit illius, atque uiros.
 Illic ducibus nostris sua concessitque, deditque,
 Cui uelut ingrati soluere neutra uolunt.
 Insuper ut castrum captum fuit, auxiliisque
 Consiliisque suis, huic sua iura negant.
 Decruitque decem captos exercitus omnis
 Huic dandos, quos hii delinere sibi.
 Est hic ulixbonie presul qui tot bona nostris
 Contulit, ast recipit pro bonitate malum.
 Isti porrigitur ab ois pro neclharc mirra,
 Fel pro melle, scelus proprietate sui.
 Sis patiens his peruersis precor optime presul,
 Ut pro terrenis det tibi summa deus.

Suscipe queso pie mea metra, pater uenerande,
 Vilia metra licet que tibi lego lege.
 Hic sunt ter quino partes, hinc quamque figuram,
 Si primam iungas nomina nostra creas.
 Hec qui scripta legis, que cernis in his minus apta,
 Ne risum moueant, corrige, siue tere.
 Que modo metra tenes, partim tenuit prius alter,
 Qui me promouit, ultimo metra teret.
 Ne mireris: oi scripsi, gratia cuius
 Nota mihi fuerat, nec tibi notus eram.